



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 2015 -2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Registro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Registro

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 2015-2019

Projeto Político-Pedagógico elaborado pela comunidade do Instituto Federal de São Paulo – Campus Registro (IFSP-RGT), em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, para o período de 2015-2019.

Registro

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

O presente Projeto Político-Pedagógico, fruto do trabalho e da reflexão desenvolvida por toda a comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Registro – IFSP-RGT, foi aprovado em reunião ordinária do Conselho de Campus da supracitada Unidade Escolar em 14/12/2018.

Registro, 14 de dezembro de 2018.



Prof. Walter Augusto Varella
Diretor Geral do IFSP - Registro



Jândela Cristiani Guilherme dos Santos Tamashiro
Coordenadora de Apoio ao Ensino
Pront. RG 12.177-0

Jândela Cristiani Guilherme dos Santos Tamashiro
Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto Político
Pedagógico

COMISSÃO LOCAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(Em conformidade com a Portaria RGT.0114/2017 de 12 de setembro de 2017).

Técnicos Administrativos:

Jandela Cristiani Guilherme dos Santos Tamashiro
Heleni Sousa dos Santos Ferreira
Iamara de Almeida Nepomuceno
Janaina Waschinsky Fonseca
Jandela Cristiani Guilherme dos Santos Tamashiro
Kelli Pereira de Oliveira

Docentes:

Elisabeth Pacheco Lomba Kozikoski.
Francisco Sergio Cunha
Heloísa Santos Molina
Jonathas Henrique Mariano Pereira
Leonardo Ribeiro Moço Pessanha
Marcelo Bastos Lima

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o empenho e dedicação de todos da comunidade do Instituto Federal de São Paulo – Campus Registro, em especial aos servidores designados pela primeira portaria, que também muito contribuíram com o início da construção do projeto, e a todos da comunidade interna e externa do Campus Registro, os quais despenderam seus esforços na construção deste documento que representa a proposta educacional desse campus: instigante, desafiadora e promissora.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor (FREIRE)

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Dos objetivos e princípios

- 1.1 - Histórico do IFSP
- 1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão
- 1.3 – Princípios norteadores do IFSP

Capítulo 2 – Caracterização do Câmpus Registro

- 2.1 – O Câmpus Registro na Cidade de Registro
- 2.2 – Estrutura Física do Câmpus
- 2.3 – Quadro de servidores docentes e técnico administrativo

Capítulo 3 – Pressupostos Pedagógicos do Câmpus Registro

- 3.1 – Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social
- 3.2 – Gestão Democrática
- 3.3 - Ensino
- 3.4 - Pesquisa
- 3.5 – Extensão

Capítulo 4 – Estrutura e organização dos Cursos

- 4.1 – Técnico Integrado ao Ensino Médio
- 4.2 - Técnico Concomitante/Subsequente
- 4.3 – Graduação
- 4.4 – Formação Inicial e Continuada

Capítulo 5 – Políticas de Inclusão

- 5.1 - Projetos Institucionais
- 5.2 - Núcleos de apoio

Capítulo 6 – Diagnóstico da Situação atual

- 6.1 – Levantamento/identificação dos problemas
- 6.2 – Definição de prioridades
- 6.3 – Estratégias de ações
- 6.4 – Cronograma de ações

Capítulo 7 – Construção e Reconstrução do Projeto Político Pedagógico

- 7.1-Avaliação do processo de construção
- 8- Considerações finais
- 9- Referências
- 10- Anexos

CAPÍTULO 1 – DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

1.1 Histórico do IFSP

O ano de 2014 foi um marco para o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo** (IFSP). Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o IFSP completou nesse ano 108 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizizes Artífices**. Através do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizizes Artífices** em cada uma das capitais dos Estados da República. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Segundo a introdução do Decreto n. 7.566, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Em cada uma das **Escolas de Aprendizizes Artífices** haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam da disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem (Artigo 8º. do Decreto n. 7.566).

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo**, a **Escola de Aprendizizes Artífices** teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.30-31).

Através do Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ser denominado de Ministério dos Negócios da

Educação e Saúde Pública, já sob a gestão do presidente Getúlio Vargas. No entanto, com a Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, aquele foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa lei, as **Escolas de Aprendizes Artífices** foram transformadas em liceus industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Artigo 37). Outra mudança trazida pela Lei n. 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente, pelo ensino primário; pelo ensino industrial; pelo ensino comercial; pelo ensino doméstico; pelo ensino secundário; pelo ensino superior; pelo ensino extraescolar e pelo ensino de educação física (Artigo 10).

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão-de-obra especializada para as fábricas nacionais (ROMANELLI, 2000, p.155). Dessa forma, naquele ano, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro. Definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ela fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial. Esse, por sua vez, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestria; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei n. 4.073 também previa que o ensino industrial devia atender aos interesses: “1) *do trabalhador*, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana; 2) *das empresas*, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra; 3) *da nação*, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (Artigo 3º. grifos nossos). Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas (Artigo 4º. do Decreto-Lei n. 4.073).

Vale sublinhar ainda que o Decreto-Lei n. 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino: “III - (...) é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em

estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente” (Artigo 18). Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.34).

Também em 1942, o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo. Tais escolas tinham como objetivo oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações” (Artigo 8, § 1º. do Decreto-Lei n. 4.127). Conforme o Decreto-Lei n. 4.127, porém, para que a **Escola Técnica de São Paulo** começasse a funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações” (Artigo 8, § 2º).

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto n. 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, à **Escola Técnica de São Paulo** cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestria: o de fundição, o de serralheria, o de mecânica de máquinas, o de marcenaria e o de cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram o de edificações, o de desenho técnico e o de decorações de interiores (Artigo 10).

Outro ponto de destaque na história da **Escola Técnica de São Paulo** foi a publicação da Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu a necessidade da política econômica em curso. Nesse ano, estava na presidência Juscelino Kubitschek, cujo governo ficou conhecido por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico. A partir da Lei n. 3.552, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Os fins daqueles eram: “a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio” (Artigo 1º. da Lei n. 3.552). Além disso, por meio da criação do Conselho dos Representantes e do Conselho dos Professores, a Lei Nº 3.552 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa

e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, deveria ser composto por seis membros, provenientes da comunidade. A seleção deles seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o Diretor da Escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei n. 4.759, que transformou a **Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal de São Paulo** (ETFSP): “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (Artigo 1º).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emilio Médici exercia a presidência. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela regulamentou o ensino de 1º. e 2º. graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio. O ensino de 1º. grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º. grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação. Como explica Romanelli (2000, p.238), “o ensino de 1º. grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º. grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei n. 5.692 foi o da terminalidade, ou seja, cada nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho (ROMANELLI, 2000, p.238-239). Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º. grau, o governo tinha duas metas. Uma delas era formar mão-de-obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). A outra foi diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (CAMARGO; VILELLA, 2010, p.47-48). No que diz respeito à **Escola Técnica Federal de São Paulo**, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnico através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.40).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o **Instituto Federal de São Paulo** (reitoria e *campus* São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, servidores administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antonio Soares Cervila concretizou uma antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP). Foi durante a gestão de Cervila que foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade paulista de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP Francisco Gayego Filho (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.41-42). As UNED's, surgidas no governo do então presidente José Sarney com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, deviam vincular-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (CAMARGO; VILELLA, 2010, p.48). De 2006 a 2008, foram implantadas UNED's em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.43-44).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (Artigo 5º). Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto n. 5.154, de 23 de julho, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Outro avanço para o **Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo** ocorreu com o Decreto n. 5.224, de 01 de outubro de 2004. Isso porque os CEFETs foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

Quando estava na presidência do país pela segunda vez, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao

Ministério da Educação. Fazem parte dela os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais. Com exceção das últimas, as primeiras três instituições mencionadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Artigo 1º, parágrafo único da Lei Nº 11.892).

Os Institutos Federais, criados num total de 38 através da Lei, são definidos por essa como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Lei Nº 11.892, art. 2). A presente norma ainda equipara os Institutos às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Os Institutos Federais, além disso, têm “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica” (Artigo 2º., § 3 da Lei n. 11.892).

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, por sua vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-Reitores. Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. No caso do IFSP, o professor Arnaldo Augusto Ciquiello Borges foi nomeado para o cargo de Reitor pro tempore. Em abril de 2013, tomou posse o professor Eduardo Antonio Modena, o primeiro Reitor do IFSP eleito através da participação da comunidade (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.46).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Atualmente, o IFSP possui 38 *campi* espalhados pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

1.2 A função social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP - historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem. Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino, do trabalho e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

1.3 Os objetivos e metas

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho. Entender o “trabalho como princípio educativo” coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

1.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (art. 207). Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir, claramente, os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, o que encaminha princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas

para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1º da Lei nº 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como Instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utiliza-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (FORGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas e bem articuladas, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.5 Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei Nº 11.892/2008), assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) encontram-se nestes documentos norteadores as ações e princípios do Instituto Federal de São Paulo, os quais destacamos abaixo algumas dessas concepções.

1.5.1 Desenvolvimento humano

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional. Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP no contexto educacional e político brasileiro parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) objetivam “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do

conhecimento” (Art 2º). Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassam diretamente por uma ação educativa (PDI 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades relacionando-o diretamente com mudança para a qualidade¹.

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado com a justiça social, com a democracia, com o trabalho e com a cultura, com o lazer e com a possibilidade de avançar cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos, para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia. Ao fim de seus processos de formação, os estudantes-sujeitos terão não apenas se profissionalizado, mas

¹ Tal como consta no portal do PNUD, “o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”. <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 16/10/2014

terão se tornado mais conscientes de seu próprio lugar no tempo e na história, tendo se tornado capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades

1.5.2 Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreendemos a **educação** como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire identifica, na natureza do ser humano, um núcleo fundamental em que propõe que se sustente o processo de educação: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se. E não se educa sozinho, educa-se em comunhão (FREIRE, 2014). Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confunde necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

1.5.3 Educação Profissional e Tecnológica

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico- técnico -científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (SETEC, 2010, p. 19).

Nosso objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida em que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para *“derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”* (BRASIL. MEC. SETEC, 2010. p 10).

A formação destes sujeitos implica assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências, respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no

monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p 22).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do *trabalho como princípio educativo* (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que se colocam exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Dessa forma, a educação profissional e tecnológica apresenta-se como uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além do mais, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire, que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, se faz necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, onde as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada. Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação, que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

1.5.4 Conhecimento

Paulo Freire (1992, p. 36) afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com os pensamentos de Paulo Freire, Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares:

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o Conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido (CORTELLA, 2008, p. 39, grifo do autor).

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade. Sendo o sujeito

compreendido como ser sócio histórico, produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação (IFSP, 2014, p.143), essa construção e transformação ocorre por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento tec. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientifização da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar à satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social (PDI 2014 - 2018).

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, caracterizando cada realidade a tipos de inovação tecnológica. A posição do Estado de São Paulo, em contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o Estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidade de melhor formação com a presença das consideradas melhores universidades do país. Assim, a educação profissional pautada em instrumentalizar o trabalhador a esses novos desafios produtivos é papel do Estado. Nesse cenário o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo contribui para o cumprimento desse papel, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p.8).

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação

profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando (IFSP, 2014).

1.5.5 Currículo

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas (PACHECO, 2001, p. 20).

O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois se entende que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos. Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação tecnológica.

A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

1.5.6 Prática pedagógica

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mundo do trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada.

Neste contexto as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula (SACRISTÁN, 1999), constrói-se no IFSP a partir da tensão entre o rotineiro e mecânico e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa

forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o Instituto Federal de São Paulo deve prover uma Educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira. O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando de certa forma no mundo do “outro”, reconhecendo a diferença que permita construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re) construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos que se deva priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam

sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1 Históricos do Campus Registro

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro – edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC Nº 001/2007, de 24 de abril de 2007, Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - FASE II –, está localizado no município de Registro, na região do Vale do Ribeira. Teve sua autorização de funcionamento pela Portaria Nº 1.170, de 21 de setembro de 2010 e iniciou suas atividades educacionais em julho de 2012, em prédio próprio.

A existência do Campus Registro significa a ampliação das opções de qualificação profissional e de formação técnica e superior para uma comunidade em uma Região ampla e carente de Instituições de Ensino. Oferecendo educação gratuita e de qualidade, o Campus Registro atende aproximadamente 15 municípios, totalizando uma área de 13.292,80 Km², ou 5,36% da área do estado de São Paulo.

Com área construída composta por prédios que abrigam setor administrativo, salas de aula, biblioteca, laboratórios de ensino e pesquisa, auditório, refeitório e espaço de convivência, além de um campo de futebol, o campus Registro está instalado em uma área total de 14.273,94 m², localizada no Bairro Agrochá, inserida em um polo educacional e tecnológico que abriga, além do IFSP, também um campus da Unesp e unidades do SENAI, SESI e SENAC.

A presença do IFSP no Vale do Ribeira, em consonância com suas finalidades, características e com seus objetivos – os quais estão estabelecidos pela lei Nº 11.892/2008 –, visa, além da oferta de qualificação profissional, acessível por meio da oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, a promover a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como à busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias para a região composta por 15 municípios, com

aproximadamente 285 mil habitantes – números de 2017² – inseridos na região mais pobre do Estado de São Paulo, com representação econômica inferior a 0,5% do PIB paulista³.

Figura 1 - Centro de convivência do Campus Registro.



Fonte: arquivo institucional.

2 IBGE, Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp>. Acesso em 01 ago 2018.

3 <http://www.codivar.org.br/07-03-2006-vale-do-ribeira-isolamento-marca-vale-da-pobreza-paulista/>

Figura 2 - Imagem aérea do campus Registro do IFSP



Fonte: Google Maps 2018.

2.1.1 O município de Registro

Município oriundo de um pequeno povoado situado às margens do Rio Ribeira de Iguape, pertencente ao Município de Iguape, Registro recebeu este nome pelo fato de que nesta localidade havia um agente de Portugal encarregado de registrar todo o ouro explorado na região e cobrar o dízimo destinado à Coroa Portuguesa, antes que o ouro fosse levado à Iguape para ser fundido e vendido.

Além dos habitantes locais, muitos deles dedicados a plantações de feijão, arroz e outros, houve a chegada dos imigrantes japoneses que, a princípio, não se fixariam definitivamente no Brasil, mas fariam riqueza e assim retornariam ao país de origem. Essa perspectiva foi alterada com a instalação da Ultramarina de Implementos S.A (KKKK- Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto 13.325 de 11 de dezembro de 1918, pois a empresa recebeu do governo brasileiro a doação de terras devolutas para que fossem distribuídas a esses imigrantes japoneses recém-chegados. Mesmo com dificuldades, eles conseguiram iniciar várias culturas para teste, como: arroz, café, cana, fumo, feijão, junco, abacaxi, laranja e também trabalharam na criação do bicho-da-seda. Entretanto, notaram que a diferença se faria com a banana e o chá preto, por melhor adaptação às condições da região.

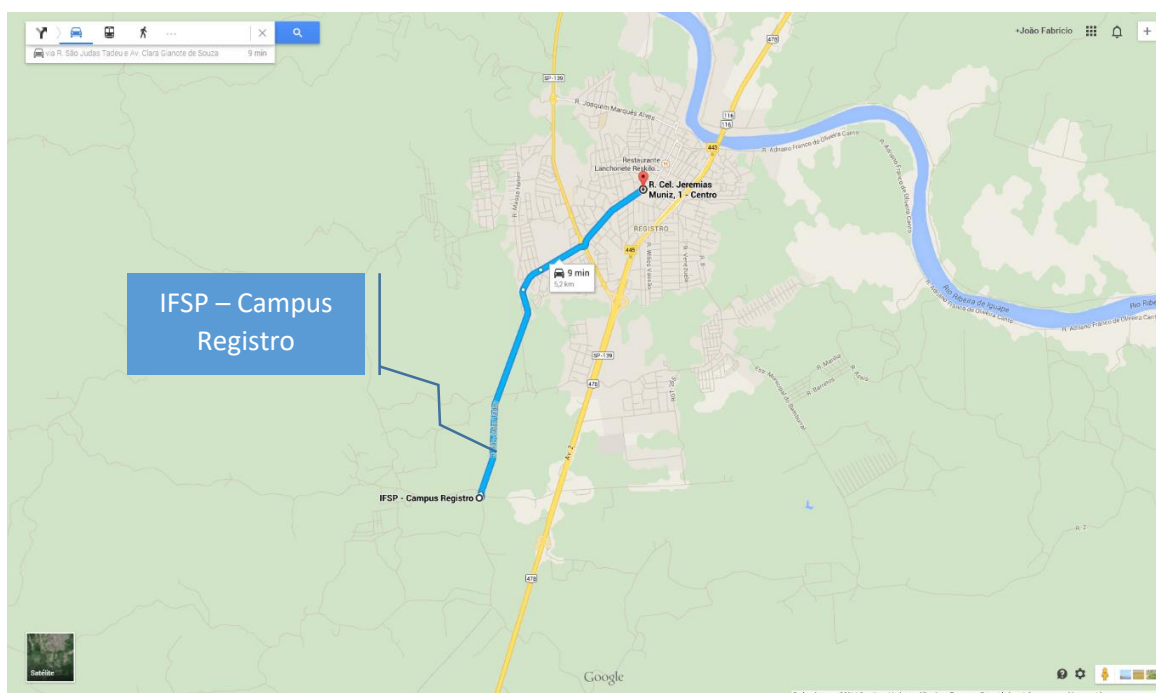
Em 30 de novembro de 1944, por meio do Decreto-lei 14.334, Registro emancipou-se de Iguape, tornando-se município, cuja criação deu-se em 01 de janeiro de 1945.

Conhecida como a “Capital do Vale” ou “Capital do Chá”, este município tornou-se oficialmente o Marco da Colonização Japonesa no Estado de São Paulo, conforme Decreto Nº 50.652, de 30 de março de 2006, por ter sido a primeira localidade a receber imigrantes japoneses interessados em investir em produção própria neste Estado.

2.2 Dados do campus de Registro

O Campus de Registro está situado na Estrada Municipal do Bairro Agrochá – RGT 265, Nº5180, Estado de São Paulo.

Distante 5,2 km do centro da cidade, o Campus Registro também conta com acesso pela rua São Judas Tadeu, que interliga a Av. Clara Gianotti de Souza à BR 116 - Rodovia Régis Bittencourt.

Figura 3 - Mapa da Cidade

Fonte: Google, 2014.

2.3 Infraestrutura Física

O Campus Registro conta com as seguintes instalações:

Quadro 1 – Infraestrutura física

Local	Quantidade Atual	Área (m ²)
Auditório	1	246,0
Biblioteca	1	177,6
Instalações Administrativas	10	614,2
Laboratórios de Informática	4	459,2
Laboratórios de Eletrônica	1	80,0
Laboratórios de Física	1	80,0
Salas de aula	10	572,6
Salas de Coordenação	2	755,9
Salas de Docentes	1	21,3

Salas de TV e vídeo	1	37,4
Cozinha	1	23,0
Centro de Convivência	1	750,0
Ambulatório	1	15,0
Restaurante estudantil	1	1.047,5

2.4 RECURSOS HUMANOS

2.4.1 Corpo Técnico Administrativo e Docente

Atualmente o quadro do Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico consta com **115** integrantes, entre **41** Técnicos Administrativos, **63** Professores do Ensino Básico, técnico e Tecnológico e **11** Professores Temporários.

Quadro 2 – Corpo Técnico Administrativo e Docente

Aline Silva Santos	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	MESTRADO	Arquitetura
Douglas Luciano Lopes Gallo	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	MESTRADO	Arquitetura
Eduardo José Osawa Ribeiro	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	ESPECIALISTA	Letras Português/Inglês
Ellen Felizardo Batista	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	GRADUADO	Construção Civil
Heider Geraldo Ribeiro	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	ESPECIALISTA	Construção Civil
Lea Yamaguchi Dobbert	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	DOUTORADO	Arquitetura
Rodrigo Andrade da Cruz	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	DOUTORADO	Biologia
Rodrigo Costa Batista	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	GRADUADO	Construção Civil
Rubens Lacerda de Sá	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	MESTRADO	Português/Inglês
Saulo Onofre	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCED	GRADUADO	Construção Civil
Cassiano Henrique Monteiro Correa Ramos	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCEM	MESTRADO	Matemática
Carlos Eduardo Pinto	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCEP	MESTRADO	Gestão I
Thales Botelho de Sousa	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCEP	MESTRADO	Engenharia de Produção
André da Rocha Santos	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	DOUTORADO	Sociologia
André Luis Tessaro	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Gestão I
André Santos Luigi	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	História
Armando Batista	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Gestão I
Elisabeth Pacheco Lomba Kozikoski	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Letras Português/Inglês
Francisco Raphael Cabral Furtado	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Gestão
Francisco Sergio Cunha	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	ESPECIALISTA	Gestão
Heloísa Santos Molina Lopes	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Geografia
José Roberto Herrera Cantorani	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	DOUTORADO	Educação Física
Ronise Suzuki de Oliveira	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCL	MESTRADO	Gestão I
Altamirando da Paz Ferreira	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Controle e Automação II
Anderson Carlos Ribeiro Batista	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Eletrônica I
Anibal Takeshiro Fukamati	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Eletrônica I
Carlos Fernando Joventino	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Controle e Automação I
Daniel de Carvalho Secco	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Mecânica

Danilo Henrique Santos	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Informática - Programação e Banco de Dados
Jean Mimar Santa Cruz Yabarrena	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	DOUTORADO	Controle e Automação II
Joice D'Almeida	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Matemática
Jonathas Henrique Mariano Pereira	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Eletrônica I
Julio cesar Meiron de Souza Reis	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	DOUTORADO	Artes
Leandro José Lopes Camargo	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	GRADUADO	Controle e Automação I
Marcel Alves Moro	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Matemática
Marcelo Bastos de Lima	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Filosofia
Márcia Quirino Ferreira Oliveira	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	GRADUADO	Letras Português/Espanhol
Marcio Lucio Rodrigues	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Matemática
Maurici Cunha Batista	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Controle e Automação I
Michelle de Oliveira Parreira Ruwer	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	DOUTORADO	Informática - Programação e Banco de Dados
Paulo Silas Oliveira	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	MESTRADO	Mecânica
Renata Gonçalves Bernardes	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	GRADUADO	Artes
Sérgio Augusto Godoy	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	ESPECIALISTA	Informática - Redes
Silvio Luiz Castelhana Firmino	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CCM	GRADUADO	Mecânica - Automação I
Jurandir Domingues Junior	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CEX	MESTRADO	Gestão I
Egídio Costa Filho	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Matemática
Fabricio Paraiso Rocha	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	GRADUADO	Física
Gabriel Silva Nascimento	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	ESPECIALISTA	Português/Libras
Ivelton Soares da Silva	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Física
João Henrique Cândido de Moura	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Física
Moacir Silva de Castro	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Educação/Pedagogia
Ofélia Maria Marcondes	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	DOUTORADO	Pedagogia
Orlando Eduardo da Silva Ferri	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Matemática
Paula Larangeira Garcia Martins	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	DOUTORADO	Química
Regis Fernandes Gontijo	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Física
Rogério Deitali Bruno	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	DOUTORADO	Física
Rogério Haruo Watanabe	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	DOUTORADO	Química
Tarcísio Célio da Costa	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Física
William Pareschi Soares	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CLF	MESTRADO	Física
Sherfis Gibran Ruwer	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	CPI	MESTRADO	Controle e Automação I
Walter Augusto Varella	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	DRG	MESTRADO	Engenharia Elétrica
Aldemir Versani de Souza Callou	Prof. Ensino Básico, Téc. e Tecnol.	RET	ESPECIALISTA	Gestão I
Antonio Carlos Ribeiro	Professor Substituto	CCED	GRADUADO	Construção Civil
Ariane Cecato Cajaiba dos Santos	Professor Substituto	CCED	GRADUADO	Construção Civil
William Souza de Oliveira	Professor Substituto	CCL	GRADUADO	Educação Física
Leonardo José Tenório Mourão Torres	Professor Substituto	CCL	MESTRADO	Informática

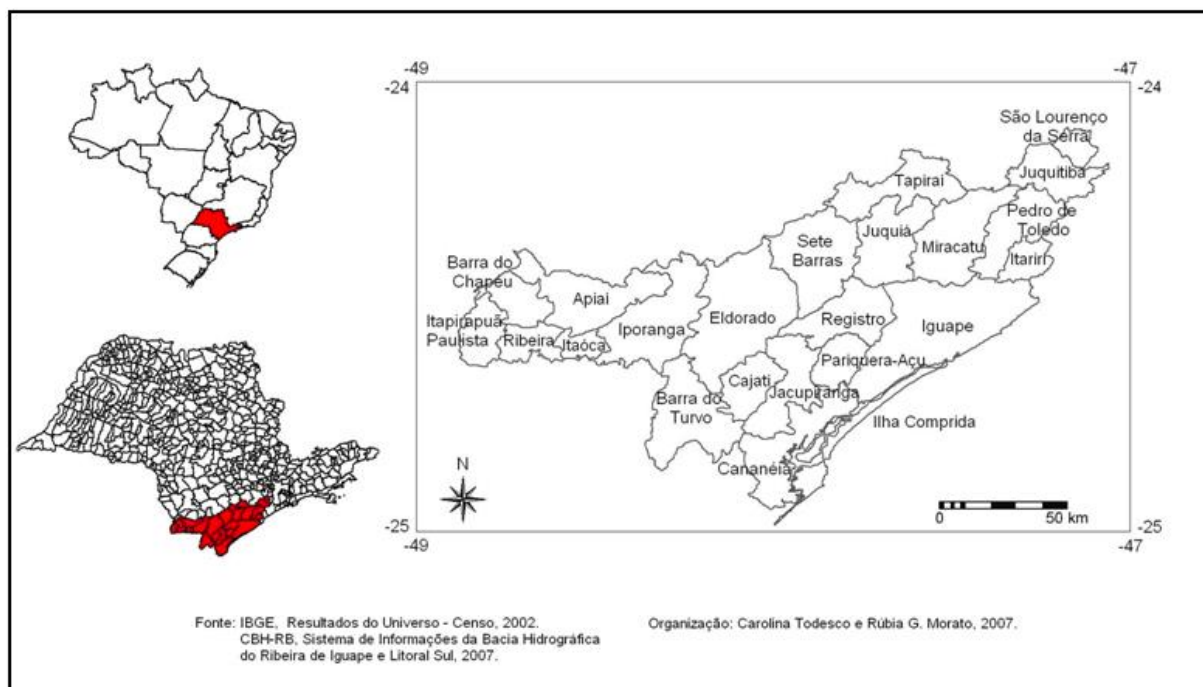
NOME	CARGO	CLASSE
Victor Hugo Carlquist da Silva	Analista Tecnologia da Informação	E
Felipe Novaes Rangel	Assistente de Alunos	C
Herbert Silva Ribeiro	Assistente de Alunos	C
André Luiz Alves Veiga	Assistente em Administração	D
Angélica Christina de Souza Viana	Assistente em Administração	D
Elizabete Aparecida de Moraes	Assistente em Administração	D
Fernanda Vasconcelos de Lima	Assistente em Administração	D

Hamilton Trigo Rollo Junior	Assistente em Administração	D
Janaina do Nascimento Freitas	Assistente em Administração	D
Juliano Wagner Custódio Rodrigues	Assistente em Administração	D
Maria José Soares da Silva	Assistente em Administração	D
Pedro Moratto Filho	Assistente em Administração	D
Rafael Vilar Cardoso	Assistente em Administração	D
Tamiris Regina Muniz	Assistente em Administração	D
Amanda Machado dos Santos Duarte	Assistente Social	E
Jucinara Alves de Melo	Auxiliar de Biblioteca	C
Talita Mayeji França	Auxiliar de Biblioteca	C
Amanda Martins	Auxiliar em Administração	C
José Otávio Gengo Junior	Auxiliar em Administração	C
João Fabricio Pereira de Souza	Bibliotecário	E
Sonia Cristina Martins de Mendonça	Bibliotecário	E
Fábio de Azevedo Pereira	Contador	E
Juliana Cesário Aragi	Nutricionista	E
Andréia Regina Silva Cabral Libório	Pedagoga	E
Janaina Waschinsky Fonseca	Pedagoga	E
Jândela Cristiani Guilherme dos Santos Tamashiro	Pedagoga	E
Carla Cristina Kawanami	Psicóloga	E
Heleni Sousa dos Santos Ferreira	Téc. Assuntos Educacionais	E
Iamara de Almeida Nepomuceno	Téc. Assuntos Educacionais	E
Thiago Rafael Bonaldo	Téc. Assuntos Educacionais	E
Angelo Guilherme Agnolon	Tec. Laboratório – Edificações	D
Edson Luis Xavier	Téc. Laboratório – Eletrotécnica	D
Márcio da Silva Teobaldino	Tec. Laboratório – Informática	D
Paulo Cesar Martins de Oliveira	Tec. Laboratório – Informática	D
Fernando Jose dos Santos Silva	Tec. Laboratório – Mecânica	D
Lucas Pinheiro Correa	Tec. Laboratório – Mecânica	D
Bruno Ponsoni Costa	Téc. Tecnologia da Informação	D
Kelcey Ribeiro Baldoino Souza Melo	Téc. Tecnologia da Informação	D
Giselle Marcelino da Silva	Técnico em Contabilidade	D
Fábio Cardoso Junior	Técnico em Enfermagem	D
Elaine Jeremias Pereira Costardi	Tradutor interprete de Libras	D

2.5 CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira, localizado ao Sul do Estado de São Paulo, é composto por 23 municípios (figura 4), os quais apresentam condições sociais e ambientais distintas (quadro 3).

Figura 4 – Municípios do Vale do Ribeira



No quadro 03 podem-se observar indicadores e informações sobre a **População** desses municípios (que varia de 7.676 habitantes, em Barra do Turvo, até 56.430, em Registro); o **IDHM** (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que varia de 0,641 (Barra do Turvo) a 0,754 (Registro); a **Renda Per Capita**, com a menor em Barra do Turvo: R\$ 359,38 e a maior em Registro: R\$ 579,64; questões de **Trabalho e Rendimento** e **Rendimento Médio** da população, que varia entre R\$ 1.474,04 (Eldorado) a 2.367,56 (Pariqueira-Açu); **Educação**, com dados sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e a colocação dos municípios no ranking das cidades brasileiras; indicadores de **Analfabetismo**, que variam desde os 17,10% da população de Barra do Turvo aos 5,07% de Ilha Comprida e, por último, porém não menos importante, questões sobre o **Território** e **Ambientes** das cidades pesquisadas, indicadores esses que trazem informações sobre saneamento básico e outras informações relevantes para compor um quadro da atual qualidade de vida nos respectivos municípios.

Quadro 3 - Caracterização social e ambiental dos municípios do Região do Vale do Ribeira⁴

Município: REGISTRO, SP.				
População (Nº habitantes)	IDHM	Renda per capita (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Analfabetismo (% da população)
56.430	0,754	579,64	2.988,87	5,58
TRABALHO E RENDIMENTO				
<p>Em 2016, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 258 de 645 e 223 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 837 de 5570 e 788 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 103 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3333 de 5570 dentre as cidades do Brasil.</p>				
EDUCAÇÃO				
<p>Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 306 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 482 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3221 de 5570 dentre as cidades do Brasil.</p>				
TERRITÓRIO E AMBIENTE				
<p>Apresenta 87.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 47.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 360 de 645, 606 de 645 e 199 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 594 de 5570, 4215 de 5570 e 1038 de 5570, respectivamente.</p>				
Município: SETE BARRAS, SP.				
População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
13.053	0,673	383,28	1.588,86	10,49
TRABALHO E RENDIMENTO				
<p>Em 2016, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 369 de 645 e 626 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo,</p>				

⁴ Levantamento realizado pelo Prof. MSc. Moacir Silva de Castro, IFSP, campus Registro.

ficava na posição 1368 de 5570 e 3444 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 42.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 23 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2452 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 459 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 598 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4499 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 75.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 54.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 13% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 518 de 645, 599 de 645 e 467 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1140 de 5570, 3972 de 5570 e 2478 de 5570, respectivamente.

Município: **JUQUIÁ, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
19.192	0,700	408,12	1.816,50	11,06

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 454 de 645 e 592 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 2880 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 32 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2613 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 306 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 410 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2574 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 62.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 64.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 596 de 645, 567 de 645 e 488 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1731 de 5570, 3432 de 5570 e 2601 de 5570, respectivamente.

Município: **PARIQUERA-AÇU, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
19.537	0,736	501,40	2.367,56	06,79

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 122 de 645 e 269 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 325 de 5570 e 983 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37% da população nessas condições, o que o colocava na posição 90 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3180 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.1. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 413 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 171 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 519 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3514 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 72.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 36.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 540 de 645, 630 de 645 e 509 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1278 de 5570, 4659 de 5570 e 2786 de 5570, respectivamente.

Município: **JACUPIRANGA, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
17.900	0,717	477,57	1.658,07	09,36

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 580 de 645 e 414 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2836 de 5570 e 1601 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 86 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3161 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 369 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 67 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 466 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3079 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 80.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 41.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 30.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 476 de 645, 624 de 645 e 230 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 941 de 5570, 4458 de 5570 e 1196 de 5570, respectivamente.

Município: **MIRACATU, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
20.288	0,697	376,89	1.755,50	10,31

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 369 de 645 e 483 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1368 de 5570 e 1972 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41% da população nessas condições, o que o colocava na posição 35 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2619 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 306 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a

14 anos) foi de 97.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 519 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3514 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 58.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 13.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 12.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 606 de 645, 643 de 645 e 474 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1863 de 5570, 5312 de 5570 e 2509 de 5570, respectivamente.

Município: **CAJATI, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
28.870	0,694	403,15	2.476,10	09,94

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 58 de 645 e 350 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 167 de 5570 e 1335 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 30 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2594 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 306 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 228 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 1440 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 69.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 42.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 25.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 557 de 645, 620 de 645 e 294 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1419 de 5570, 4419 de 5570 e 1475 de 5570, respectivamente.

Município: **ELDORADO, SP.**

População	IDHM	RENDA PER CAPITA	RENDIMENTO MÉDIO	ANALFABETISMO
------------------	-------------	-----------------------------	-----------------------------	----------------------

(Nº habitantes)		(R\$)	(R\$)	(% da população)
15.072	0,691	373,50	1.474,04	11,23

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 535 de 645 e 592 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2309 de 5570 e 2880 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 26 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2529 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 564 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 356 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 482 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3221 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 61.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 37.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 59.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 600 de 645, 627 de 645 e 38 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1769 de 5570, 4624 de 5570 e 221 de 5570, respectivamente.

Município: **IGUAPE, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
29.311	0,726	454,99	1.782,41	08,00

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 369 de 645 e 610 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1368 de 5570 e 3114 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 47 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2761 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 532 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 229 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99.5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 43 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 237 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 76.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 59% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 514 de 645, 587 de 645 e 307 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1116 de 5570, 3737 de 5570 e 1556 de 5570, respectivamente.

Município: **CANANÉIA, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
12.289	0,720	482,69	1.900,93	07,61

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 313 de 645 e 564 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1080 de 5570 e 2575 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 59 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2913 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 413 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 229 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 482 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3221 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 76% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 43.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 516 de 645, 617 de 645 e 596 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1126 de 5570, 4385 de 5570 e 3503 de 5570, respectivamente.

Município: ILHA COMPRIDA, SP.				
População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
10.031	0,725	506,29	2.139,13	05,07
<p>TRABALHO E RENDIMENTO</p> <p>Em 2016, o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 150 de 645 e 337 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 406 de 5570 e 1258 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38% da população nessas condições, o que o colocava na posição 70 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3007 de 5570 dentre as cidades do Brasil.</p> <p>EDUCAÇÃO</p> <p>Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.2. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 97 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 123 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 286 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 1768 de 5570 dentre as cidades do Brasil.</p> <p>TERRITÓRIO E AMBIENTE</p> <p>Apresenta 94.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 1.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 174 de 645, 645 de 645 e 611 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 228 de 5570, 5527 de 5570 e 3751 de 5570, respectivamente.</p>				
Município: BARRA DO TURVO, SP.				
População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
7.676	0,641	359,38	1.755,32	17,10
<p>TRABALHO E RENDIMENTO</p> <p>Em 2016, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 535 de 645 e 634 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo,</p>				

ficava na posição 2309 de 5570 e 3664 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 42.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 22 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2434 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 613 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 556 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95.6 em 2010. Isso posicionava o município na posição 621 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4802 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 44.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 19% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 36.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 632 de 645, 639 de 645 e 178 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2455 de 5570, 5141 de 5570 e 906 de 5570, respectivamente.

Município: **ITARIRI, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
16.902	0,677	369,61	1.840,70	09,32

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 454 de 645 e 634 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 3664 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 28 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2573 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.2. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 255 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 608 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 585 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4281 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 56% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 47.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 9.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 613 de 645, 609 de 645 e 517 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1984 de 5570, 4231 de 5570 e 2818 de 5570, respectivamente.

Município: **PEDRO DE TOLEDO, SP.**

População (Nº habitantes)	IDHM	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	ANALFABETISMO (% da população)
10.814	0,696	420,40	1.618,88	10,25

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2016, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 535 de 645 e 625 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2309 de 5570 e 3425 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38% da população nessas condições, o que o colocava na posição 70 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3007 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 369 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 520 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 64 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 346 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 81.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 42.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 466 de 645, 621 de 645 e 642 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 910 de 5570, 4425 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Fontes: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. Acesso em 16/07/2018.

Acrescenta-se, ainda, a presença das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira: Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Mandira, Morro Seco, Pedro Cubas, Porto Velho e São Pedro.



Fonte: Circuito quilombola <https://goo.gl/images/iJgmcp>



Fonte: Vida no quilombo <https://goo.gl/images/hNsWn6>

Capítulo III – Pressupostos Político-Pedagógicos do *campus*

Este capítulo apresenta os pressupostos políticos e pedagógicos do Campus Registro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

3.1 – Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social.

O desenvolvimento real do educando depende, em grande medida, do pressuposto antropológico assumido e defendido pela instituição de ensino. Desta forma, uma educação focada também no desenvolvimento da criatividade, supõe uma visão, a priori, de ser humano, de educando, como um ser potencialmente criativo, independentemente de fatores genéticos ou privilégios da criação divina. Este ser potencialmente criativo, assim o é, exatamente como também é potencialmente social, afetivo, cognitivo e autônomo. Como conceitua (2014) Frankl (2014), na sua visão antropológica, um ser bio-psico-socio-espiritual. Ao educando, ser integral, deve ser assegurado o direito do seu pleno desenvolvimento, inclusive o da criatividade, que, para Frankl (2014), jaz na dimensão espiritual (não no sentido teológico, mas no sentido psicológico) que para ele é o centro da autonomia do ser (que vai além dos mecanismos intrapsíquicos determinísticos Freudianos) e é também associado por Frankl (2014) à capacidade universal, potencial que todo indivíduo possui de dar algo de si para o outro e para o mundo. Nesta perspectiva, esta capacidade criativa, por sua vez, não pode ser setorizada numa única forma de inteligência; pois, como aprendemos com Gardner (1994), existem criatividades nas áreas linguísticas, lógico-matemática, visual espacial, sonora, cinestésico-corporal, naturalista, intra e interpessoal. Por conseguinte, uma apologia do ser integral, para não ser retórica precisa iluminar logicamente a prática pedagógica.

Para Arendt (2010), “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”. É necessário, portanto, que rechacemos a uniformização do educando – corolário da educação centrado no professor e na visão da tábula rasa – obviamente porque é anticriativa, acrítica, negativamente conservadora e focada em duas únicas formas de inteligência, a saber, a linguística e lógica matemática. Não é possível conciliar na prática uma educação uniformizante com uma educação que pretenda desenvolver a criatividade do educando, a autonomia crítica e a inovação. Uma visão filosófica integral do ser humano, destarte, não pode prescindir de uma prática pedagógica personalizada; todavia é imperativo que não confundamos pedagogia personalizada com prática pedagógica

individualizada. Na primeira, utilizamos os recursos teóricos e didáticos universalizados pela ciência pedagógica, psicologia do desenvolvimento, sociologia, biologia e pela filosofia para promover o pleno desenvolvimento da PERSONALIDADE do educando, subtraindo todos os reducionismos: ativistas, instrucionistas, tecnicistas, etc.; enquanto na segunda, de fato, trata-se de educação restrita ao indivíduo em particular, mas com foco instrucionista. Víctor Garcia Hoz (1987), um dos maiores expoentes da educação personalizada, nos esclarece que para atendermos a personalidade e suas potencialidades, precisamos unificar os objetivos educacionais em torno dos conceitos universais que refletem a unidade antropológica estrutural do indivíduo que para o autor é a convivência e a atividade e, estas, por sua vez, integradas intrinsecamente à finalidade da educação. No primeiro detectamos o núcleo de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades (aprender a conhecer), competências (aprender a fazer) e valores sociais (aprender a ser e a conviver desenvolvendo valores sociais como: a generosidade, a justiça, a sinceridade, etc.); no segundo, detectamos o núcleo de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades (aprender a conhecer), competências (aprender a fazer) e valores individuais (aprender a ser e a conviver desenvolvendo valores individuais como a vontade, a responsabilidade, a autonomia, entre outros). As duas são integradas à obra bem feita – trabalhos que primem pelo “desenvolvimento criativo da inteligência” e pelo “desenvolvimento da inteligência criativa” – favorecendo, além da integração entre os saberes e o desenvolvimento proximal do educando na linha de Vygotsky (1998) a busca da alegria pela satisfação produzida pela concretização da obra bem feita. Segundo Hoz (1987) a alegria é a finalidade da educação que consiste em ser um “[...] estado de ânimo satisfatório e expansivo promovido pelo conhecimento racional da posse ou esperança de um bem.” Neste caso o bem é a própria obra bem feita, materializada através da atividade e convivência escolar. Trata-se, a final, de educação centrada na “pessoa humana” para transformar informações em conhecimentos significativos e estes, por sua vez, em sentido de vida. Como nos lembra Antunes (2014), se queremos, de fato, uma educação e não adestramento, precisamos conduzi-la pelos caminhos das habilidades operatórias (valorar, raciocinar, comparar, sintetizar, criar, etc.) indo além da memória de curto prazo, mas através dela também, alcançar o córtex pré-frontal, neurologicamente, o centro da criatividade. Também segundo Antunes (2014, p. 18),

Se, por exemplo, lemos uma poesia aos alunos, solicitando-lhes sua repetição, estimula-se apenas uma ação cerebral, mas quando se solicita que comparem, analisem, sintetizem, descrevam, classifiquem essa poesia, existem estímulos

diferentes propondo diferentes ações e, desta forma, tornam bem mais acessível sua transformação em conhecimento.

Além dos conhecimentos teóricos, os valores não podem ser verdadeiramente desenvolvidos se não forem vivenciados; daí o recurso filosófico e didático da **obra bem feita**. Isto não quer dizer, entretanto, que não podemos usar o excelente recurso da aula expositiva, mas que não devemos limitar o processo de ensino - aprendizagem somente a uma reprodução *ipsis litteris*, por sua própria natureza, mecânica e anti-criativa. A aula expositiva pode ser um instrumento de transmissão passiva de conceitos, mas pode também funcionar como um laboratório de construção ativa de conceitos através do diálogo, do debate, da interação criativa. O fato é que existe no processo de ensino-aprendizagem uma janela heurística em situações problemas postos pedagogicamente que, por sua vez, estão à espera da mediação competente do professor e da ação protagonista do educando na construção criativa do saber. Ele deve receber o impulso inicial em uma aula expositiva, possivelmente; o desenvolvimento, entretanto, pode ir além do espaço físico da sala de aula e ser reconstruído em novos contextos físicos e mentais. Uma mesma ideia pode ser recontextualizada criativamente de forma matemática, linguística, espacial, musical, naturalista, inter-relacionai e intrarrelacional, de forma a construir nos educandos conhecimentos significativos.

3.1.1 – Mundo do trabalho

O trabalho é um dos fatores primordiais na vida do ser humano, seja como realidade no tempo presente ou como projeto de futuro. Nesse aspecto, a educação assume papel essencial no que diz respeito à preparação do indivíduo para o mundo do trabalho, tornando a relação educação e trabalho indissociável para o enfrentamento das questões sociais do mundo moderno.

Dada a sua importância, o trabalho está presente em todo processo educacional da pessoa humana, conforme consta no arcabouço legal da nossa legislação do ensino (Lei Nº 9394/96), segundo o qual consta no art. 35:

- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Corrochano (2014, p. 207), afirma que, além disso, “a integração entre educação, e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura deve constituir a base da proposta e do desenvolvimento curricular”, pois propiciam a aquisição de conhecimento que contribuem para o seu desenvolvimento humano.

Assim para a construção de um projeto pedagógico que valoriza e reconhece a dinâmica da sociedade como um todo, deve-se compreender o trabalho sob as perspectivas: 1) ontológica, de transformação da natureza, considerada como uma prática inerente ao ser humano, como forma pela qual produz a sua própria existência na relação com a natureza e com os outros e, assim, produz conhecimentos; e 2) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana no capitalismo, ou seja, como categoria econômica e prática produtiva, que baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos.

Na perspectiva ontológica, o trabalho é princípio educativo à medida que propicia o entendimento do processo histórico de produção científica e tecnológica, como produção de conhecimento e apropriados pela sociedade para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. No sentido histórico, é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos componentes da sociedade no trabalho coletivo e produtivo.

Assim sendo, se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido da força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica do mundo atual.

Atuando diretamente no processo formativo das pessoas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro, contribui na formação dos futuros profissionais do país, e, portanto, preocupa-se constantemente nessa relação entre educação e trabalho, tendo como objetivo norteador formar cidadãos efetivamente preparados para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho que se limita somente a desenvolver funções técnicas. Nesse contexto, com a missão de formar cidadãos com visão de mundo é que o Campus Registro se propõe a envidar esforços para que seus egressos sejam acolhidos no mundo do trabalho.

3.1.2 – Gestão Democrática

A gestão democrática é um dos princípios fundamentais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro. Caracteriza-se pela participação efetiva de todos os envolvidos e interessados nas deliberações do Campus: Docentes, Diretores, Equipe Pedagógica, Técnicos Administrativos, pais e alunos. A perspectiva de Dourado (2003) sobre a gestão democrática da escola pública reforça o elo entre esta e a participação, enquanto prática social de exercício da cidadania, considerando-se os direitos cidadãos o substrato da democracia. No seu entendimento, a gestão democrática da escola pública significa o processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do "jogo" democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio destas, as práticas educativas.

Gracindo (1995) define a gestão democrática como aquela capaz de desenvolver processos e objetivos na delimitação de suas políticas, na elaboração de seus planejamentos e no desenvolvimento de sua gestão, fazendo-se necessário o exercício de práticas construtivas dessa gestão no sistema educacional. De acordo com a autora, essas práticas devem envolver: a escolha de dirigentes pela comunidade escolar e local, a forma colegiada e descentralizada de administração, a relação entre a Instituição de ensino e a comunidade com a conseqüente participação popular nas decisões, a liberdade e transparência das informações propiciadas aos discentes, docentes e servidores para organização de associações e grupos representativos em todas as instâncias do Campus Registro.

3.1.3- Processo de ensino e aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem no ambiente educacional deve ser construído, tendo como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos acerca dos conhecimentos propostos. Para isso é importante os professores conhecerem o nível de desenvolvimento dos alunos para alcançarem o ponto de chegada que são os objetivos estabelecidos no projeto do curso.

O acompanhamento do professor como um mediador no processo de aprendizagem é imprescindível para conquista do desenvolvimento dos conhecimentos trabalhados. Segundo Vygotsky (1997), o único bom ensino é aquele que adianta o conhecimento e o professor é

fundamental para esses avanços. Pois, sem a colaboração do professor não ocorreriam espontaneamente.

O envolvimento entre alunos/alunos, alunos/professores, a interação social, demonstração, assistência, acompanhamento, instruções, reflexões, motivação são elementos necessários no processo ensino-aprendizagem.

De acordo, com Schön (2000), um estudante pode refletir sobre suas ações com o objetivo de descobrir aquilo que ajuda ou prejudica sua aprendizagem. Qualquer interação social integrada no contexto realmente voltados para a promoção da aprendizagem e desenvolvimento poderão ser utilizadas, portanto, de forma positiva no contexto escolar.

Reportando ainda a Schön (2000), pode-se afirmar que os alunos aprendem fazendo, enquanto o professor exerce o papel de orientador, tendo como principais atividades demonstrar, aconselhar, questionar e criticar.

Para Huertas (2001), motivação é um processo e, para desencadeá-lo, o aluno precisa encontrar motivos ou significados. Por isso é necessário conhecer as causas e os motivos que levam os alunos a aprender. Conhecer, compartilhar e refletir sobre o perfil dos discentes, sobre o processo de ensino/aprendizagem é fundamental no ambiente educacional e, para tanto, se faz necessário o diálogo entre os docentes, suas disciplinas, suas metodologias, a troca de experiência para uma instituição integradora e comprometida com o bem comum e a formação integral dos seus estudantes. Para garantir ações motivadoras e discutir aquelas que permeiam o processo ensino-aprendizagem, no campus Registro são utilizados os espaços nas reuniões semanais dos cursos entre o coordenador, docentes e, quando necessário, as pedagogas da Coordenação Sociopedagógica do Campus (CSP). Além disso, há encontros mensais organizados pela equipe de formação continuada e do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) do Campus Registro, os conselhos pedagógicos bimestrais e reuniões extras sempre que há uma necessidade emergencial.

3.1.4 - Metodologias de ensino

A educação, bem como o processo educativo, deve ser direcionada por metodologias, compreendidas como um conjunto de procedimentos didáticos, representados métodos e práticas de ensino, estes são utilizados com intuito de alcançar objetivos do ensino e aprendizagem, com o maior rendimento possível, que permitam atender aos objetivos propostos pelos docentes em seu plano de ensino.

No campus Registro são valorizadas metodologias que contemplem o desenvolvimento das atividades em grupo, para que sejam reforçadas as relações interpessoais, a valorização dos conhecimentos prévios trazidos da realidade de cada um sobre os conhecimentos que serão desenvolvidos na instituição de ensino, valorizando-se, também, aprendizagem contextualizada. Dificilmente o aluno prestará atenção a informações que não tenham relação com seu arquivo de experiências, com seu cotidiano ou que não sejam significativas pra ele.

Na concepção de Veiga (2006), o professor não pode mais ser aquele que apresenta uma didática definida com papel de apenas ensinar o conteúdo, ele deve assumir seu papel de mentor e facilitador, deve priorizar e intermediar o acesso do aluno à informação. Com isso, suas técnicas devem ser aprimoradas constantemente e seus métodos e metodologias de ensino, conseqüentemente, atender às necessidades que vão surgindo.

O professor mediador raramente responde a perguntas. Ao contrário, utiliza seus conhecimentos para o surgimento de outros questionamentos que, de modo indutivo, levem os estudantes a descobrirem, eles próprios, o caminho para as respostas. De forma dialógica promove reflexões que incentive os alunos perceberem quando estão equivocados com os pensamentos e reformula suas perguntas de modo a induzir aproximações sucessivas à resposta correta. Nunca pode ser negligenciado o papel da segurança do aluno no processo de aprendizagem.

Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos no campus Registro apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, podendo envolver: aulas expositivas dialogadas com uso de slides e vídeos, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Além disso, ocorrem as aulas práticas em laboratório, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, os estudos de campo e as visitas técnicas.

Ademais, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs), tais como: gravação de áudio e vídeo, sistemas multimídias, robótica, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, softwares, suportes eletrônicos, Ambiente Virtual de Aprendizagem (ex.: Moodle).

A cada semestre, o professor planeja o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo as especificidades do plano de ensino. O conteúdo é priorizado no sentido de sua construção e de sua apropriação exigindo com isso que

as metodologias para o ensino-aprendizagem e as técnicas de trabalho individual e coletivo sejam adaptadas a estes conteúdos e às necessidades dos alunos. A acessibilidade não está apenas na arquitetura ou no uso de tecnologias assistivas, está também na ação docente que elabora seu trabalho pedagógico de modo diversificado com vistas à aprendizagem.

O conhecimento é uma construção social e histórica, mas também é direito de todo cidadão e tendo isto em mente é que os docentes adaptam seus planos de ensino e assim viabilizam a inclusão educacional de todos os estudantes, promovem a diversificação curricular, flexibilizam o tempo das atividades, transformam as atividades avaliativas em atividades formativas e de aprendizagem, buscam a variedade de recursos necessários para levar a cabo o centro e ponto fundamental de sua ação pedagógica que é o crescimento dos alunos, sua formação geral e específica, sua inserção no mundo do trabalho e a tomada de consciência de seu papel formador como futuro professor e de seu papel social como cidadão atuante na transformação social.

A acessibilidade metodológica também está manifesta em ações institucionais pautadas por políticas de acesso, permanência e êxito dos alunos, com ou sem deficiência, com ou sem vulnerabilidade social, com ou sem necessidades específicas de aprendizagem; além disto, a instituição estimula e apoia as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), o Napne, o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS).

Em seu conceito, a Acessibilidade Metodológica visa à eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.) e de educação familiar. O trabalho docente viabiliza suas ações no sentido de atingir este objetivo e promover a aprendizagem, a inclusão, a reflexão e a ação no mundo de modo a contribuir para que todos os alunos possam se desenvolver como pessoas.

3.1.5 - Avaliação

Conforme indicado na LDB - Lei 9394/96 - a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Da mesma forma, no IFSP é previsto pela Organização Didática que a avaliação seja norteadada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia.

Além disso, todos os procedimentos devem resultar em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa.

Assim, os componentes curriculares dos cursos devem prever que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, inclusive, desenvolvidos em ambientes virtuais de aprendizagem Moodle, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino do componente. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação se constitui em um processo contínuo, sistemático e cumulativo, composto por uma gama de atividades avaliativas, tais como: pesquisas, atividades, exercícios e provas, articulando os componentes didáticos (objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos) e permitindo a unidade entre teoria e prática e o alcance das expectativas e habilidades previstas.

Os docentes deverão registrar no diário de classe, no mínimo, dois instrumentos de avaliação, cujas notas devem ser concretizadas numa dimensão somativa, expressa por uma Nota Final, de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal, à exceção dos estágios, trabalhos de conclusão de curso, Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPAs) e componentes com características especiais.

Para assegurar a aprendizagem e o êxito nas avaliações, cada docente dos cursos disponibiliza horário de atendimento individualizado e/ou em grupo aos alunos em contraturno, mas de forma que possa também atender o aluno-trabalhador, com o objetivo de sanar dúvidas pontuais. Neste sentido, o docente também elabora e propõe atividades que nivelem o conteúdo da turma às exigências dos conteúdos a serem trabalhados e também sejam oportunidades de recuperar, reforçar e ampliar os conteúdos já trabalhados em aula, tanto teóricos como práticas.

As especificidades avaliativas de cada componente curricular se encontram registradas nos planos de aula.

Como se vê, a avaliação de aprendizagem escolar tem um papel fundamental no processo ensino/aprendizagem tanto para os professores como para os alunos, pois, é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço. Como ação de transformação

e de promoção social, a avaliação da aprendizagem escolar dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e à relação professor-aluno. O Campus Registro é direcionado para um sistema avaliativo emancipatório, considerando que o exercício pedagógico transpassa uma pedagogia do ensino/aprendizagem, para tal concebemos a avaliação como guia que subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos alunos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo (LUCKESI, 2011).

3.1.6 - Educação Ambiental

O homem nunca transformou tanto o mundo e com tanta intensidade, baseado no conhecimento, como nos dias de hoje. A ciência e a tecnologia são ao mesmo tempo, as maiores forças produtivas e destrutivas da humanidade (LEFF, 2000). Diante de tal realidade, há a necessidade de um amplo conhecimento das culturas e ecossistemas locais, e como as pessoas relacionam-se com o ambiente e o seu envolvimento nas estratégias de planejamento local (LAYRARGUES, 1997).

A Educação Ambiental está inserida na interação entre sociedade e ambiente, e segundo Jacobi (2003, p. 196):

"deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem."

Considerando a Lei Nº 9.795/1999, que indica que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, no campus Registro a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Com isso, prevê-se em todos os cursos a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto Nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, como em projetos, palestras, apresentações, programas, ações coletivas, dentre outras possibilidades que possam envolver os alunos em ações educativas relacionadas às questões do meio ambiente.

Além disso, o Câmpus Registro entende que suas ações de Educação Ambiental devem ser pautadas de acordo com as dimensões da sustentabilidade defendidas por Sachs (2002), sendo elas: a dimensão social, que defende a distribuição de renda justa e igualdade no acesso

aos recursos e serviços sociais; a dimensão cultural, que busca o equilíbrio entre as tradições locais e a inovação; a dimensão ecológica, que se relaciona com a preservação de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis; a dimensão ambiental, que respeita e realça a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; a dimensão territorial ou espacial, que propõe uma relação balanceada entre o urbano e o rural e a superação das disparidades inter-regionais; a dimensão econômica, que recomenda o desenvolvimento econômico de forma equilibrada entre os diversos setores da sociedade; e a dimensão política (nacional e internacional), que defende a democracia, os direitos humanos, a garantia da paz e a cooperação.

3.1.7 - Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são um conjunto de princípios, aprovados pela Organização das Nações Unidas em 1948, elaborados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), visando consolidar a defesa da dignidade humana. Entre tais princípios estão o direito à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio. Esses princípios se tornaram a bandeira de luta da ONU, pois com o final da Segunda Guerra Mundial, os países envolvidos e afetados por ela, buscavam criar mecanismos que as nações evitassem os massacres e toda a crueldade de tratamento dispensado aos seres humanos, que se delineou no processo e como consequência da guerra.

A partir da DUDH, outros acordos internacionais foram ratificados, a fim de fortalecer e ampliar os direitos humanos. Como exemplos, citamos a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Preconceito (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). (Afonso & Abade p.13).

Ou seja, o fim da segunda guerra além de desencadear um movimento pró-vida humana, ainda passa a difundir necessidade de defesa da dignidade humana em diferentes dimensões.

A educação foi reconhecida pela DUDH como o caminho mais propício a atuação dos estados-nação para efetivar suas ações em prol da dignidade humana, bem como reconheceu

que por meio das Instituições Educacionais seriam obtidos impactos e resultados mais ampliados, nos diferentes níveis educacionais. Por isso recomendou que todos os países assinantes do acordo buscassem desenvolver a Educação em Direitos Humanos.

Assim a promoção, defesa e garantia do exercício dos direitos é obrigação do Estado brasileiro como signatário dos pactos internacionais pelos direitos humanos promovidos pela ONU. A educação voltada para a formação em Direitos Humanos se torna parte da política pública brasileira, visando ao atendimento destes acordos como uma estratégia disseminadora destes princípios para a construção de uma cultura da paz.

No caso do Brasil, a adesão aos debates e a ratificação destes acordos se deu em resposta aos cruéis ataques à dignidade humanos promovidos pela ditadura militar. Foi a partir deste desrespeito à vida de inúmeras pessoas que a questão dos direitos humanos ganhou destaque em diferentes espaços sociais, sobretudo a partir da década de 1980 (de PAULA, p. 154, 2016).

Neste sentido, no bojo desses debates na Constituição Federal de 1988 já havia delineado os primeiros movimentos em direção a educação voltada para o reforço da cidadania contemplados pela indispensável necessidade de que se reconheça que a educação é um direito humano, garantido assim pela Constituição em seus Artigos 205 à 214., ou seja, a escola passa a ser uma dimensão social e política que deve ampliar e consolidar a cidadania com suas bases assentes nos princípios de defesa dos direitos humanos.

Além disso, a educação em Direito Humanos, proposta no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos instituídos (2010) consolida nossa entrada como membro participante dos países signatários, visa o respeito à dignidade humana, o exercício dos direitos e a formação para a participação cidadã. Isto pressupõe o exercício da alteridade, do respeito à diferença e da dignidade humana por meio do conhecimento dos próprios direitos. É possível localizar como principal objetivo do PNDH a efetivação da cidadania plena, pois em suas dimensões e demais objetivos propostos compreende-se a educação como finalidade em si mesma, como direito e como instrumento por meio do qual se efetivam as metas da Educação em Direitos Humanos.

Assim temos como metas a defesa do direito à vida, luta contra a tortura ou tratamentos cruéis, a favor dos direitos dos cidadãos, da democracia se configuram objetivos essenciais para a construção e consolidação de uma educação pautada em Direitos Humanos.

No campus Registro, a educação em direitos humanos pauta-se na concepção apresentada por Candau e Sacavino (apud Paula, 2013), segundo os quais a educação em direitos humanos deve promover o empoderamento individual e coletivo, realizando a transformação social e política dos grupos historicamente excluídos na sociedade brasileira. Essa educação permite sensibilizar aqueles a se reconhecerem e fazer reconhecer aos demais a

igualdade e a diferença como universo materializado em seu empoderamento, ou seja, esse reconhecimento deve se consolidar de tal maneira que reverbere a consciência de que esses indivíduos são sujeitos históricos, dotados de direitos e cultura indispensáveis para sua existência humana.

3.1.8 - Relações étnico-raciais

A problemática da diversidade no Brasil vem sendo discutida há muitos anos, de forma que a Constituição de 1988 já mostra a preocupação com as questões de diversidade e preconceito. Considerando a importância do papel na formação da sociedade, o governo vem buscando meios de garantir o respeito e a valorização plena entre os diversos grupos culturais na sociedade brasileira. A Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) buscam combater o racismo e a discriminação e a importância da redução das desigualdades, trazendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas instituições do território Nacional e capacitação/ formação sobre diversidade para os educadores. Surge então, um novo método de ensino, um método que valoriza o pluralismo cultural da nação, visando uma sociedade igualitária.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. (MEC, 2004, 13)

O Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, criado em 2013, traz as principais ações para Educação Tecnológica e Formação Profissional:

- a) Incrementar os mecanismos de financiamento de forma a possibilitar a expansão do atendimento, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a esta modalidade de ensino.

- b) Garantir que nas Escolas Federais, agrícolas, centros, institutos, colégios de aplicação das universidades e Instituições Estaduais de Educação Profissional, existam Núcleos destinados ao acompanhamento, estudo e desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-raciais e Políticas de Ação Afirmativa;
- c) Manter diálogo permanente entre os Fóruns de Educação e Diversidade e as instituições das Redes de Educação Profissional e Tecnológica;
- d) Inserir nos manuais editados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica as diretrizes e demais documentos norteadores de currículos e posturas, os conceitos, abordagens e metas descritas nos documentos deste Plano, no que se refere às ações para Ensino Médio e Ensino Superior.
- e) Os Institutos Federais, Fundações Estaduais de Educação Profissional e instituições afins, deverão incentivar o estabelecimento de programas de pós-graduação e de formação continuada em Educação das Relações Étnico-raciais para seus servidores e educadores da região de sua abrangência;
- f) A SETEC, em parceria com a SECAD e os Institutos Federais, contribuirá com a sua rede e os demais sistemas de ensino pesquisando e publicando materiais de referência para professores e materiais didáticos para seus alunos na temática da Educação das Relações Étnico-raciais.

Essas ações do Plano Nacional visam a oferecer referências e medidas para o processo de reconhecimento étnico, implicando constantes diálogos e readequações para a busca identitária e fortalecimento da nossa sociedade.

Introduzir essa discussão no ambiente de ensino significa a necessidade de promoção de novos processos educativos, criativos e inovadores, objetivando com isso promover o desenvolvimento de relações humanas mais democráticas, justas e igualitárias entre os diferentes grupos sociais da sociedade. A partir desta abordagem temática, objetiva-se abrir possibilidade de transformação da sociedade, tendo como ponto de partida a história e cultura destes povos (indígenas e negros - afrodescendentes) que foram excluídos em todas as instituições.

O diálogo interdisciplinar proposto nos Projetos de Curso do Campus Registro se firma como uma proposta de ação que objetiva olhar criticamente as questões sobre desigualdade social, sobre a escola como instituição mantenedora das relações sociais, mas também

transformadora, sobre a construção do conhecimento como direito de todos e como instrumento de promoção humana.

No âmbito do Instituto Federal de São Paulo, em atendimento às Leis 10.639/03 e 11.645/08 foi lançado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam abordadas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da instituição ou que estejam de algum modo a ela vinculado. Isso significa zelar pelo fiel e adequado cumprimento da legislação, promovendo e ampliando as ações inclusivas, como a política de cotas e a inserção da temática nos currículos. Além de incentivar e ampliar ações que já existem, o NEABI pretende elaborar novas propostas, novos caminhos de inserção efetiva de pessoas de descendência indígena e afro-brasileira em todas as esferas da sociedade, das quais se viram e ainda se veem excluídas em função de valores culturais e práticas institucionais discriminatórias e sectaristas.

Seguindo os preceitos promovidos pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, núcleo com o qual colabora, o Campus Registro, compondo-o em uma comissão, realiza ações direcionadas a comunidade escolar e a comunidade do vale do Ribeira. Neste sentido, estabelece-se o diálogo contínuo com as questões que promovam a educação para as relações étnico-raciais buscando garantir a igualdade de direitos e condições de acesso e permanência aos estudantes do Instituto Federal. Além disso, por meio da valorização da diversidade e respeito mútuo, viabilizam-se experiências socioculturais aos estudantes, a fim de que possam estar imersos em culturas diferentes das quais vivenciam cotidianamente. Assim, com parcerias fixadas com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e movimento negro de Registro, o campus ampliou essa atuação para o Vale do Ribeira. Igualmente, são realizadas palestras, cursos de extensão, discussão, participação e atuação de estudantes em rodas de conversas sobre discriminação, racismo entre outros temas ligados às questões étnico-raciais. Oferta-se, também Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), além de abertura para palestras das comunidades quilombolas expondo suas tecnologias na semana Nacional de Ciência e Tecnologia, de forma que transmitam suas práticas e promovam novos olhares para os estudantes acerca das disciplinas cursadas a partir de temas correlacionados com o currículo. Dessa forma, o campus busca apresentar novas propostas e novos caminhos de inserção efetiva do indígena e do afro-brasileiro em todas as esferas da sociedade. Desta maneira, o trabalho mais do que disciplinar, torna-se interdisciplinar e transdisciplinar, sendo que o tema “Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” não é apenas

transversal, mas é preocupação e pauta para o planejamento de ações efetivas que contribuem para a formação de docentes mais críticos.

3.1.9 – Pesquisa

Um dos grandes desafios da educação está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com a sociedade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

O estabelecimento de políticas e ações para o planejamento e o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Campus Registro deve considerar o desenvolvimento e fortalecimento das linhas, núcleos, programas e nos projetos de pesquisa científica (sejam linhas, núcleos, programas e projetos já existentes ou ainda a serem criados) quanto nos interesses da comunidade científica, da sociedade local e da regional. As ações institucionais devem ser norteadas por aspectos relacionais internos e externos e pelo uso social do conhecimento. Incluem, portanto, a responsabilidade social relativa à construção/produção do conhecimento, ao crescimento institucional, às mudanças e às possibilidades ocasionadas pelos avanços científicos e tecnológicos.

Segundo o Ministério da Educação (2008), cabem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa. O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

O exercício da pesquisa é capaz de promover a independência intelectual e contribuir diretamente na formação de cidadãos capazes de construir conhecimento ao longo da vida.

Nesse sentido, destaca-se a pesquisa como integrante da práxis pedagógicas – com atitudes respeitadas, ativas, processuais, críticas e reflexivas – ancoradas nos seguintes princípios:

- o científico, que se consolida em produção do conhecimento, via rigor, método e pesquisa científica;

- o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento da realidade e de intervenção na sociedade, situando a pesquisa como princípio de formação;
- o da indissociabilidade, que propõe maior integração entre ensino, pesquisa e extensão; e
- o ético, que responde pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, regendo-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

A pesquisa é uma atividade que tenciona contribuir para a produção do conhecimento em todas as suas dimensões. Por isso, é tão importante entendê-la como princípio educativo. Por transitar em diversos níveis e modalidades de atuação (da educação básica ao ensino superior), o Instituto apresenta peculiaridades que não podem ser desconsideradas, quando se trata de realizar pesquisas. Esse diferencial demonstra ser salutar a ampliação de atividades investigativas para os demais processos formativos internos. Possibilita-se, assim, que todos – servidores, alunos e demais parceiros – possam desenvolvê-las como incentivo à formação humana e acadêmico-científica, visto ser uma prática que agrega conceitos, como continuidade, ruptura, negação, aceitação, complementação, crítica, análise, reflexão, inovação, ampliação e difusão de saberes e de experiências à sociedade.

Acredita-se que realizar pesquisas é uma condição essencial para a validação do fazer de um instituto de educação profissional e tecnológica, convergindo, desse modo, para a aliança entre educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento social. Instaure-se, portanto, uma política de pesquisa institucional que visa ao cultivo, à produção, à socialização e à difusão de saberes que, ao serem expandidos à sociedade, por meio do uso de mecanismos metodológicos de relevância social e científica na educação integral, podem transformar a realidade e melhorar a vida das pessoas.

Dessa forma as ações desenvolvidas pelo Câmpus Registro estão alinhadas com a política e ações da Pró Reitoria de Pesquisa, inovação e Pós-Graduação e seguem abaixo relacionadas:

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente

trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidos diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)** do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)**, que concede passagens e diárias a

servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

- **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP**, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.
- **Programa Jovens Talentos (PJT)** da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.
- **Programa Pró-Equipamentos do IFSP**, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos pesquisadores dos campi, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o campus.
- **Acordos de Cooperação Técnica e Científica**, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no campus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os campus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.
- **Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CONICT)**, que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de

iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. Os alunos bolsistas de iniciação científica são motivados a participar do evento da Pró-Reitoria para apresentação de trabalhos

- **O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP**, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo. O Câmpus em incentivando a participação dos alunos com os projetos de inovação, em 2016 o Câmpus ganhou o primeiro lugar com o projeto do alarme de carro pelo celular e em 2017 o Câmpus ficou em terceiro lugar como melhor projeto de inovação com o projeto iCare- aparelho para tratar o câncer.
- **Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação:** através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.
- **Programa Hotel de Projetos do IFSP**, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais de inovação*. O Câmpus Registro possui desde junho de 2016 o Hotel de Projetos, começou com 8 projetos de negócios e organiza ações para difusão da cultura do empreendedorismo inovador e criação de empresas.
- **Política de Inovação do IFSP**, estabelecida pela resolução 431/2011 apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

- **Divulgação de Editais e linhas de fomento com o apoio do Sistema Financiar em parceria com a Fundação Arthur Bernardes Financiar** é um sistema de busca, via web, que disponibiliza para pesquisadores, professores, gestores e empresários informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) a PRP contratou o serviço para utilização pelo IFSP.
- **Promoção de eventos de popularização e divulgação da pesquisa, ciência e tecnologia:** o Câmpus já realizou 7ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e II Feira de Ciências que são abertas para o público externo das escolas do Vale do Ribeira para visitaçãõ e participação. Nesses eventos os alunos são estimulados a apresentar projetos tecnológicos e científicos.

3.1.11 – Extensão

Extensão pode ser entendida como o conjunto de ações que visam proporcionar a inserção do IFSP (comunidade interna) na comunidade externa, isto é, ações que promovem a integração do IFSP com público externo, gerando a possibilidade de transformar a realidade social, local e regional. Mais do que buscar a articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais, a Extensão deve estabelecer uma ponte entre a instituição e a sociedade para atender a demanda de um desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões: Social, Econômica, Cultural, Ecológica e Espacial (SACHS, 1993).

Potencializar a formação cidadã e profissional dos discentes através do fomento de ações que propiciem a interação com a sociedade. Tendo em vista que essa instituição deva cumprir seu princípio basilar e mantenedor da tríade ensino, pesquisa e extensão, têm como papel primordial promover o desenvolvimento social. Promovendo a formação de um profissional cidadão, a instituição se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais. É através da extensão que ouvimos as vozes da comunidade e trocamos conhecimentos que podem modificar olhares que antes não estavam atentos às problemáticas social e humana que se localizam no campo de disputas estabelecidas no seio da sociedade (IFPB, 2017).

A Extensão deve estar contemplada no currículo dos cursos por meio de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Disciplinas. Outro aspecto interessante seria a normatização de um percentual mínimo de carga horária em atividades de extensão nos respectivos currículos,

via Projeto Pedagógico do Curso, em relação ao total de créditos a serem cursado (seguindo a legislação já estabelecida para as Universidades).

Em sua relação com o ensino, oferece elementos para transformações no processo pedagógico, onde docentes e discentes interagem como sujeitos no ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em sua relação com a pesquisa, busca articular/compartilhar o conhecimento produzido no IFSP com o conhecimento construído pela sociedade, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade como um todo.

A principal reflexão é a que nos leva a acreditar que este é o único caminho para uma formação integral, isto é, a construção de um profissional cidadão, consciente de suas capacidades profissionais e de seu papel transformador da sociedade.

Dessa forma, no campus Registro, a extensão caracteriza-se por um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a comunidade acadêmica do IFSP e diversos atores sociais, contribuindo para o processo formativo do educando e para o desenvolvimento regional dos territórios nos quais os campi se inserem. Indissociável ao Ensino e à Pesquisa, a Extensão configura-se como dimensão formativa que, por conseguinte, corrobora com a formação cidadã e integral dos estudantes.

Pautada na interdisciplinaridade, na interprofissionalidade, no protagonismo estudantil e no envolvimento ativo da comunidade externa, a Extensão propicia um espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes, promovendo a reflexão crítica dos envolvidos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

As áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Assim, perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade como, por exemplo, a Diversidade Cultural.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos. Desse modo, a Extensão contribui para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

Os docentes e discentes do Câmpus Registro, com o auxílio da Pró-reitora de Extensão (PRX) e da Coordenadoria de Extensão (CEX) do campus, tem organizado e participado de atividades de extensão voltadas para a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular, como eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

A natureza dessas ações de extensão favorece o desenvolvimento de atividades que envolvam a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, conforme exigência da Resolução CNE/CP Nº 01/2004, além da Educação Ambiental, cuja obrigatoriedade está prevista na Lei 9.795/1999.

Os discentes, por meio de seu Centro Acadêmico, já articulam ações de extensão por meio de trabalho voluntariado em cursinhos populares para preparação de candidatos de baixa renda para concursos públicos e processos seletivos para universidades.

3.1.12 - Ética e Educação

A ética é um assunto do qual todo afirmam saber, mas, na maioria das vezes, são incapazes de explicar. Em geral, são empregados exemplos que ilustram situações rotineiras ou inusitadas, que circunscrevem a ética a uma esfera limitada e situacional. Mas afinal, o que é ética?

Para VALLS (2013), a ética é entendida com um estudo ou reflexão, de natureza científica, filosófica ou teológica, sobre os costumes ou as ações humanas. Além disso, também pode ser considerada a própria vida, ou, em outras palavras, a própria realização de um tipo de comportamento considerado correto pela sociedade. O SENAC (2005) afirma que falar sobre ética é o mesmo que falar sobre valores e virtudes, que, por sua vez, se referem ao comportamento humano. Dessa forma, o campo ético é constituído, de um lado, por comportamentos, e de outro, por juízos de valor, pela apreciação sobre esses comportamentos. Assim, a ética encontra-se frequentemente diante do conflito de ter que decidir entre o bem e o mal, e a questão ética apresenta-se como um conflito entre o “dever fazer” e o “querer fazer”.

Esses questionamentos são arquitetados diariamente na sociedade, colidindo frequentemente com as particularidades e complexidades do mundo globalizado. E é dentro dessa ambiguidade ética que somos induzidos ao início de tudo, à formação do ser humano: a educação.

NÉRICI (1985) conceitua a educação, no ponto de vista individual, como um processo que visa, em primeira mão, ao atendimento à “rotina da vida”, preparando o indivíduo para desempenhar tarefas que sejam necessárias para que este possa sobreviver. Contudo, também pode ser conceituada como processo de atendimento a necessidades sociais, com enfoque básico no social, ao invés de individual. Seja qual for o enfoque que se dê à educação, não se pode esquecer que a mesma deve concretizar-se pelo homem e para o homem. (NÉRICI, 1985, p.9)

Educação é o processo que visa a explicitar as possibilidades do indivíduo, em estreita relação com o meio, tendo em vista capacitá-lo a atuar no mesmo com eficiência, criatividade e responsabilidade, com vistas primeiras ao atendimento de necessidades e aspirações individuais e vistas últimas à continuidade de esforços das gerações, à permanente atualização dos indivíduos e das instituições, ao desenvolvimento social e à constante elevação espiritual do homem.

Se observarmos os conceitos da ética como comportamento e valores, e da educação como sobrevivência e necessidades sociais, concluímos que a formação do ser humano como cidadão está, incondicionalmente, vinculada a uma educação baseada nos princípios éticos.

O Instituto Federal de São Paulo, historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Temos como missão “Construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e a produção do conhecimento”. Mais que um compromisso, o IFSP *Campus* Registro vê-se no dever de formar cidadãos éticos e socialmente responsáveis.

O IFSP *campus* Registro, cujas atividades tiveram início em 2012, ofertando Cursos Técnicos em Mecatrônica, Logística e Edificações, foi inaugurado com a proposta de ofertar aprimoramento profissional à população, possibilitando o preenchimento de vagas nas indústrias que se instalam na região, devido à sua localização estratégica na BR-116. Porém, mais do que formar mão de obra qualificada, o objetivo do IFSP é de possibilitar transformação social. Instalado na região com os menores IDHs do estado de São Paulo, o IFSP traz consigo o sonho de mudança na realidade fatídica de grande parte dos jovens adultos, oriundos do ensino público, muitas vezes sem qualificação profissional por falta de oportunidades, mas que veem no Instituto Federal a chance que buscavam.

Dessa forma, pretende-se, acima de tudo, formar um cidadão, com compromisso ético e responsabilidade, respeito à diversidade, à dignidade e que consiga a inserção profissional

almejando a transformação da realidade de sua comunidade. E este resultado pode ser obtido, através do desenvolvimento de novas tecnologias que visem produtividade, baixo custo aquisitivo possibilitando sua difusão em larga escala, cuja finalidade seja proporcionar bem-estar e equilíbrio.

O IFSP possibilita, através do Ensino, formação de excelência, oferecida por profissionais com conhecimento e experiência, possibilitando o contato com a prática do campo de atuação; a Pesquisa desenvolve a capacidade crítica, o questionamento necessário para impulsionar a busca por novas informações, levando o aluno a estender seu posicionamento crítico em sua inserção social no acesso às políticas públicas como saúde, educação e cultura e a Extensão, parte do tripé que sustenta o compromisso ético e político do IFSP, abre a possibilidade de atuação do aluno na comunidade, de forma transformadora, firmando o compromisso do jovem com a instituição, com a sociedade, com a cidadania.

CAPÍTULO IV – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido o Campus Registro oferece os seguintes cursos:

4.1- Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Tem-se como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim se poderá contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, na forma de cursos integrados. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do campus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados da do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1-Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos e máxima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

No *Campus* Registro são ofertados os cursos Técnico Integrado em Edificação, Logística e Mecatrônica.

- **Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio**

O curso Técnico **em** Edificações Integrado ao Ensino Médio é oferecido de forma a garantir uma formação integrada entre o ensino médio, que é a etapa final da Educação Básica, e o ensino profissional e a preparação para o trabalho preconizado na legislação. Os conteúdos das áreas da Base Nacional Comum Curricular, de Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas estão alinhados diretamente aos conteúdos específicos relacionados ao perfil profissional do Técnico **em** Edificações, permitindo ao educando construir e relacionar conceitos de áreas diversas do conhecimento. Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica, planeja a execução e elabora orçamento de obras, presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações, orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações e orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados. Sabe-se que a área de construção civil tem grande potencial de influenciar uma extensa cadeia produtiva e no país é real a necessidade de profissionais qualificados na área, frequentemente marcada pela informalidade e precariedade das relações de trabalho. Assim, o curso pretende preparar o educando para o trabalho e a cidadania, formando profissionais capazes compreender o mundo do trabalho e sua relação com o desenvolvimento social e tecnológico do país, além de propiciar seu

desenvolvimento como pessoa humana, incluindo a formação ética e a preparação para a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

- **Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio**

O objetivo do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio é formar um profissional para o exercício de suas funções de modo crítico, proativo e ético. Por extensão, pretende-se um profissional habilitado em bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz da leitura do mundo social, político e econômico, e, do entendimento da importância do desenvolvimento sustentável. Esta formação visa um profissional que agregue esses conhecimentos e entendimentos em sua vida e na realização dos procedimentos Técnicos de sua área de atuação, como transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos, agenda e programa de manutenção de máquinas e equipamentos, supervisão de processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos, e, prestação de serviços de atendimento aos clientes.

- **Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio**

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Mecatrônica está habilitado para atuar no projeto, execução e instalação de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados, realizar manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamentos e sistemas conforme especificações técnicas, programar e operar essas máquinas, observando as normas de segurança. O egresso poderá atuar em indústrias, preferencialmente as de processos de fabricação contínuos, tais como petroquímicas, de alimentos e de energia; laboratório de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa; empresas integradoras e prestadoras de serviço.

O Técnico em mecatrônica atua na gestão da qualidade e produtividade, ciente das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico - econômica envolvidas nos processos industriais. Espera-se do egresso atitude de permanente atualização e investigação tecnológica.

4.1.2-Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máximo de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo da avaliação do histórico escolar do ensino fundamental.

No *Campus* Registro são ofertados os Cursos Técnicos de: Edificações, Logística e Mecatrônica.

- **Curso Técnico Concomitante/subsequente em Edificação**

O curso Técnico em Edificações Concomitante ou Subsequente ao Ensino Médio no Câmpus Registro, frequentemente um dos cursos mais concorridos do Estado, se justifica pelo potencial econômico e social que a formação de profissionais qualificados na área de construção civil apresenta. Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica, planeja a execução e elabora orçamento de obras, presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações, orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações e orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados. Sabe-se que a área de construção civil tem grande potencial de influenciar uma extensa cadeia produtiva e no país é real a necessidade de profissionais qualificados na área, frequentemente marcada pela informalidade e precariedade das relações de trabalho. A qualificação de profissionais para atuação no setor será decisiva na reorganização desse quadro, formando profissionais capazes compreender o mundo do trabalho e sua relação com o desenvolvimento social e tecnológico do país e contribuindo para a profissionalização e a criação de empregos na região.

Os alunos egressos do Curso Técnico em Edificações elaboram projetos de Arquitetura e de Instalações Prediais como instalações elétricas, hidro sanitárias, gás, e incêndio por meio da interpretação de normas técnicas e uso de softwares específicos. Executam detalhamento de desenhos de fundação, de estruturas de concreto armado e metálicas, planejam obras, elaboram orçamentos e cronogramas físico-financeiros, dimensionam

equipes de trabalho. Fazem orçamento de materiais e mão-de-obra. Fazem coleta de material para ensaios tecnológicos de laboratório e de campo, analisam resultados e avaliam comportamento dos materiais de construção. O profissional pode atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, empresas de engenharia e de arquitetura, escritórios de projetos, imobiliárias e construtoras.

- **Técnico em Logística**

O objetivo do Curso Técnico Concomitante em Logística é formar um profissional para o exercício de suas funções de modo crítico, proativo e ético. Por extensão, pretende-se um profissional habilitado em bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz da leitura do mundo social, político e econômico, e, do entendimento da importância do desenvolvimento sustentável. Esta formação visa um profissional que agregue esses conhecimentos e entendimentos em sua vida e na realização dos procedimentos Técnico de sua área de atuação, como transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos, agenda e programa de manutenção de máquinas e equipamentos, supervisão de processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos, e, prestação de serviços de atendimento aos clientes.

Os alunos egressos do curso técnico em Logística desenvolvem competências profissionais para operacionalizar a logística internacional, planeja e operacionaliza a produção, propor soluções inovadoras para a área, identifica oportunidades de negócios, operacionaliza ações integradas de marketing e vendas e de logística, identifica e operacionalizar custos logísticos e consolidar e integrar, no âmbito da cadeia logística, seus processos. Este profissional aplica os principais procedimentos de transporte, armazenamento e logística. Executa e agenda programa de manutenção de máquinas e equipamentos, compras, recebimento, armazenagem, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Colabora na gestão de estoques. Presta atendimento aos clientes. Programa os procedimentos de qualidade, segurança e higiene do trabalho no sistema logístico.

- **Técnicos em Mecatrônica**

Os alunos egressos do curso técnicos em Mecatrônica estarão habilitados para atuar no projeto, execução e instalação de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados, realizar manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamentos

e sistemas conforme especificações técnicas, programar e operar essas máquinas, observando as normas de segurança. O egresso poderá atuar em indústrias, preferencialmente as de processos de fabricação contínuos, tais como petroquímicas, de alimentos e de energia; laboratório de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa; empresas integradoras e prestadoras de serviço. O técnico em mecatrônica atua na gestão da qualidade e produtividade, ciente das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnica econômica envolvida nos processos industriais. Espera-se do egresso atitude de permanente atualização e investigação tecnológica.

4.1.3-PROEJA (Médio)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos. O curso tem o tempo máximo de duração de 2 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

No *Campus* Registro ainda não é ofertada essa Modalidade de Ensino.

4.2- Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica seja valorizada.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP Nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o

perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional da graduação em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.2.1-Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No Campus Registro é oferecido o curso superior de licenciatura em Física.

4.2.2- Licenciatura em Física

Formação de um educador capacitado para desenvolver, de forma pedagogicamente consistente, o ensino-aprendizagem da física clássica, moderna e contemporânea, dominando seus princípios gerais e fundamentais, descrevendo e explicando conceitos, diagnosticando e encaminhando soluções para os problemas físicos, valorizando a interação da Física com as ciências afins, o mundo tecnológico, os determinantes e as implicações sociais daí decorrentes.

Ao final do curso o aluno está familiarizado com as áreas clássica, moderna e contemporânea da Física; apto a dominar seus princípios gerais e fundamentais; além de ser capaz de descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais, sendo capaz, também, de diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, com o uso de instrumentos laboratoriais apropriados.

.

4.2.2-Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de

2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No Campus Registro ainda não é oferecido nenhum curso em Tecnologia.

4.2.3-Bacharelado

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 5 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No Campus Registro é oferecido o curso de Bacharelado em Engenharia de Produção.

Bacharel em Engenharia de Produção ou Engenheiro de Produção

O curso visa a formar engenheiros de produção com um perfil profissional generalista, humanista, crítico, ético e reflexivo capaz de resolver problemas produtivos, desenvolver projeto através de recursos e processos, desde a implantação, a operação, a melhoria e a manutenção de sistemas produtivos integrados e de bens e serviços, envolvendo homens, materiais, tecnologia, informação e energia de forma sistêmica e integrada considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

CAPÍTULO V – POLÍTICAS E AÇÕES

Introdução

Na característica do Câmpus Registro, tecida no contexto de reestruturação e expansão da rede de educação profissional e tecnológica, ressalta-se o compromisso de a Instituição articular – em formas, níveis e modalidades educacionais variados e previstos na Lei 9394/96 (LDB) – ações de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, discutem-se os mecanismos

necessários à materialização desses fazerem institucionais, preconizados nas políticas e nas ações para tal fim. Também se reafirmam concepções, diretrizes e princípios orientadores do trabalho acadêmico, da gestão dos processos pedagógicos, do funcionamento institucional e das garantias das condições para a atuação.

Considera-se que toda política educacional se caracteriza pela forma de poder que se instaura no interior de cada um dos processos inerentes à implementação e ao desenvolvimento dessa política. Portanto, uma política educacional refere-se à definição de um projeto educativo em determinada sociedade, envolve as formas de planejamento, a definição da estrutura educacional e a organização pedagógica e administrativa, imbricando, dentre outros elementos pedagógicos, concepções de mundo, finalidades, intencionalidades e objetivos educacionais, encaminhamentos metodológicos e formação de pessoas. A política educacional organiza toda a estrutura da educação (do ministério às salas de aula).

Este capítulo reúne o conjunto de políticas e de ações educativas do IFSP – Campus Registro, traçado para as dimensões formativas em educação profissional, científica e tecnológica e tem como objetivo principal tanto explicitar as políticas e as ações institucionais quanto apresentá-las na forma de organização curricular.

O Campus realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas.

5.1 – Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP Nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

Atualmente a Coordenação Sociopedagógica do Câmpus Registro está constituída além dos servidores instituídos pela Resolução IFSP Nº 138 de 04/11/2014, do Técnico em enfermagem, Nutricionista e Intérprete de Libras.

Essa coordenação de equipe multidisciplinar está diretamente vinculada à Diretora Adjunta de Ensino do Câmpus Registro e tem como atribuições:

- Acompanhar e implementar políticas em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP;

- Acompanhar as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promover suas implementações;
- Apresentar à comunidade escolar as ações vinculadas à coordenadoria Sociopedagógica;
- Propor e promover ações de acolhimento e integração dos estudantes;
- Acompanhar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem;
- Atender, orientar, encaminhar e acompanhar os estudantes e familiares no âmbito sociopsicoeducacional;
- Orientar os estudantes sobre os seus direitos e deveres como cidadãos;
- Reunir subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Câmpus.
- Desenvolver, implantar e acompanhar programas e ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes;
- Identificar demandas, promover propostas e ações de formação continuada de docentes e de servidores que atuem na área educacional;
- Orientar o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino/aprendizagem;
- Contribuir na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos;
- Elaborar instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levam à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP;
- Propor, implantar, acompanhar e avaliar propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e à evasão escolar;
- Propor e colaborar com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);
- Propor ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas;
- Estabelecer parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da inclusão e do enfrentamento a preconceitos e valorização às diversidades;
- Articular parcerias para promoção à saúde do estudante;
- Participar na elaboração e execução de projetos, em parceria com outras instâncias do IFSP, com intuito de proporcionar formação integral aos estudantes;
- Acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil;

- Participar e contribuir nas instâncias de planejamento pedagógico;
- Organizar e participar de reuniões com pais;
- Elaborar documentos e relatórios conforme instruções do campus e da Pró-reitora de Ensino;
- Dialogar com instâncias de representação estudantil, como grêmios, centros acadêmicos e representantes de salas;
- Promover e/ou participar da organização de encontros, palestras e seminários destinados à comunidade escolar.
- Realizar supervisão Pedagógica;
- Participar do Conselho de classe.

5.2 – Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto de Nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções Nº 135 e Nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social, com o objetivo principal de apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde.

Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes e conta com a participação de estudantes, professores e técnico-administrativos.

5.3 Assistência Estudantil

As ações de assistência estudantil podem ser compreendidas como um direito social no Câmpus Registro. A implantação dessa política ainda está em processo, visto que o Campus deu início aos seus trabalhos no segundo semestre de 2012; e desde então passou a implementar

as ações previstas no PAE com vistas a democratização das condições de permanência dos estudantes na instituição.

Na atual conjuntura, o desenvolvimento de ações que possam equalizar as condições de permanência dos estudantes do IFSP, a fim de assegurar o direito à educação com qualidade e o pleno desenvolvimento acadêmico do estudante são objetivos do Campus Registro na concretização das ações de Assistência Estudantil, em virtude da situação econômica da região.

O Vale do Ribeira, região em que se localiza o Campus Registro, participa do “Territórios da cidadania”, um conjunto de esforços do governo federal em priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento as necessidades básicas da população, com o objetivo principal da superação da pobreza e das desigualdades sociais.

O Vale do Ribeira participa desse programa por ter um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado, maior concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas; território com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico.

Nesse contexto, o IFSP/Campus Registro possui a missão transformadora, por meio de uma educação de qualidade, o fomento à pesquisa e à participação na comunidade, e para tanto precisa de uma Assistência Estudantil a fim de contribuir com a permanência dos estudantes, possibilitar seu sucesso acadêmico, e o desenvolvimento local.

Metodologia das Ações:

A cada semestre é publicado um edital informando as modalidades de auxílios financeiros existentes e os documentos necessários para a análise socioeconômica, a qual será realizada logo após a entrega desses documentos. Os estudantes poderão ser convocados para entrevista com o (a) assistente social, psicólogo (a), pedagoga (o) ou TAE.

Fevereiro	Abertura do Edital – ações de vulnerabilidade social
Março	Análise socioeconômica
Março	Divulgação do resultado para os estudantes/ Recebimento do 1º mês/ Abertura Edital Ações Universais
Abril	Acompanhamento
Maió	Acompanhamento
Junho	Recadastramento/Acompanhamento

Julho	Acompanhamento/ Abertura de Edital para Ações Universais
Agosto	Edital para estudantes ingressos/ Análise socioeconômica/ Divulgação resultado Ações Universais
Setembro	Divulgação do resultado para os estudantes/ Recebimento do 1º e 2º mês para estudantes ingressantes
Outubro	Acompanhamento
Novembro	Recadastramento/Acompanhamento
Dezembro	Avaliação/ Elaboração projeto do ano seguinte

Programa de Auxílio Permanência:

São consideradas ações de vulnerabilidade social os auxílios financeiros destinados à alimentação, transporte, moradia e auxílios didático pedagógico, os quais são destinados aos estudantes que possuem renda per capita de até um salário mínimo e meio. Esses auxílios serão ofertados durante todo o período letivo do ano ou semestre que o estudante cursar, com o objetivo principal de enfrentamento da vulnerabilidade social, garantir a permanência do estudante na instituição e impedir a sua evasão por questões socioeconômicas.

No Campus Registro, após levantamento realizado com os estudantes, foi definido priorizar as ações apresentadas abaixo:

- **Alimentação:** oferecer subsídios para que o estudante possa realizar pelo menos uma refeição dia. A maioria dos estudantes de nosso Campus não residem nas proximidades da instituição e constantemente realizam atividades no contraturno das aulas ou ainda, participam de projetos vinculados ao IFSP.
- **Transporte:** tem por objetivo garantir o transporte do estudante para o Campus IFSP.
- **Moradia:** tem por objetivo disponibilizar prioritariamente auxílio financeiro para pagamento de aluguel aos estudantes em que a família não reside no município do Câmpus e ou outra situação quando identificado pelo serviço sociopedagógico.
- **Assistência pais estudantes:** destinado aos estudantes pais e mães, visa contribuir para os gastos relacionados aos cuidados dos filhos dos estudantes que tenham até 11 anos, 12 meses e 29 dias completos.

Ações Universais:

Toda a comunidade discente pode participar das ações universais de assistência estudantil, são elas: cultura, inclusão digital, esporte e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, cujas ações serão realizadas após confirmação da disponibilidade dos recursos.

Acompanhamento da Coordenadoria Sociopedagógica com os estudantes participantes do PAE:

O Campus acompanha os estudantes que participam do Programa de Assistência Estudantil nas Ações de Vulnerabilidade Social e do Programa de Ações Universais (reuniões, entrevistas, acompanhamento da frequência escolar, acompanhamento de notas, etc.).

O sociopedagógico acompanha os estudantes de acordo com as especificidades de cada profissional e em equipe interdisciplinar

- Psicólogo: Acompanhará as inscrições e análises sociais;
- Pedagogo: Acompanhará as inscrições e a frequência dos estudantes, bem como aqueles que tem dificuldades de aprendizagem;
- Assistente Social: Acompanhará as inscrições, as análises socioeconômicas, monitoramento e pagamentos do programa;
- Interprete de Libras: Acompanhará as inscrições e os estudantes com necessidades educacionais especiais.

A equipe deverá se reunir mensalmente para discutir os casos dos estudantes, quando necessário, compartilhando os atendimentos e situação acadêmica e social.

5.4 – NAPNE – Ações Inclusivas

O “Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE” tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

Com a publicação da Portaria Nº 5.137, de 24 de setembro de 2014 foi constituído o NAPNE do Campus Registro, contando com uma Assistente Social, uma Psicóloga, uma Pedagoga, um Técnico em Assuntos Educacionais e uma Intérprete de Libras. Em 18 de março

de 2015 foi publicado a Portaria 0013/2015, incluindo uma Bibliotecária Documentalista, três estudantes e uma mãe de estudante. Em atendimento ao Art. 12 da Resolução Nº 137, de 04 de novembro de 2014, no dia 23 de março de 2015 foram eleitos o Representante e o Secretário para um mandato de dois anos.

Quanto às ações desenvolvidas pelo NAPNE:

- 1- Atividade para comemoração do Dia Nacional e Internacional dos Surdos
- 2- Colaboração e participação no “Encontro das Pessoas com Deficiência” realizado no Campus Registro
- 3- Participação no Planejamento pedagógico, com orientação aos docentes e demais servidores sobre a função e atuação do NAPNE;
- 4- Colaboração na Gincana Socioeducativa da Solidariedade – que acontece ao início dos anos letivos.
- 5- Aplicação de “questionário sobre necessidades educacionais específicas” aos estudantes ingressantes.
- 6- Parceria com a ADEFIPA – Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açu.
- 7- Contribuição com informações e dados sobre acessibilidade para a elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos.
- 8- Parceria com a ONG “Amigos em Ação” para desenvolvimento do Projeto de Extensão.
- 9- Participação na 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Prefeitura Municipal de Registro;
- 10- Acompanhamento de estudantes com deficiência, orientando-os em suas necessidades sociais e encaminhamentos pelas questões relacionadas à saúde.

5.5 – Formação Continuada

Para DEPRESBITERIS (2011) é de responsabilidade das instituições de ensino formar o professor de modo contínuo e sistemático, não obstante nos cursos formais, porém na própria atuação na escola.

De mesmo modo, para Nóvoa (apud Depresbiteres, 2011), um dos aspectos que têm sido enfatizados na formação de professores práticos reflexivos, é a importância da reflexão sobre a prática para a construção do que se tem chamado de “conhecimento prático do professor”.

Esse movimento de prática reflexiva envolve o reconhecimento de que é importante que

os professores sejam mais ativos na formulação de propostas, examinem seus próprios valores e suposições.

Outro aspecto relevante é a reflexão sobre o que é ser um professor mediador da aprendizagem, aquele que busca captar as representações dos educandos e os orienta na construção de representações mais complexas e científicas.

DOMINGUES (2014) ressalta os seguintes aspectos a serem investido na formação centrada na escola: 1- na construção da formação centrada na escola, como uma modalidade que tem por base a relação entre o fazer e sua reflexão crítica (sem deixar que isso caia apenas na socialização de novos saberes); 2- no trabalho com os problemas reais da escola (o que requer uma competência para identificá-los coletivamente); 3- no desenvolvimento de uma equipe envolvida nos projetos da escola; 4- no investimento na formação contínua de professores e equipe pedagógica ao longo do exercício profissional; 5- na reflexão crítica sobre o seu próprio fazer; 7- na busca por parcerias que assegurem às propostas formativas da unidade a participação da direção da escola; 8- na ousadia substantiva da inovação, da reinvenção das concepções e dos fazeres, da criação como fundamental nos projetos formativos, na postura democrática a ser desenvolvida e na atividade de formação desenvolvida pela equipe pedagógica.

Assim, a formação continuada dos profissionais, da escola compromissada com a construção do projeto político-pedagógico, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade. Daí, passarem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras.

A proposta de formação continuada será um espaço de reuniões previstas no calendário acadêmico da Instituição de ensino, de modo a ser organizado a partir das necessidades locais configuradas no PPP (Projeto Pedagógico da Escola). Desta forma, atribui-se um papel estratégico na formação contínua do docente, uma vez que, por meio da interlocução coletiva, é promovida a reflexão das ações educativas desenvolvidas, ou serem desenvolvidas na escola, de modo a possibilitar a construção de um trabalho pedagógico disciplinado pelas necessidades da realidade escolar.

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes, cujos objetivos estão centrados na reflexão da prática e sobre os saberes pedagógicos, científicos e

técnicos exigidos pela docência. As discussões são pautadas pelas reflexões sobre o trabalho pedagógico e educativo dadas suas necessidades e complexidades, tendo como fim o aprimoramento das práticas e a melhoria dos processos educacionais. Neste sentido, o fim último da Formação Continuada é a ressignificação das relações educativas que resultam no trabalho docente comprometido com a emancipação dos protagonistas dessas ações e com o próprio processo de formação humana. A práxis educativa é a relação necessária entre a teoria e a prática, sendo que a primeira não pode existir sem a segunda e esta, sem a teoria que fundamenta a ação. As reuniões e encontros de Formação Continuada devem ser momentos dedicados ao estudo, ao debate, às reflexões e à troca de experiência com o objetivo de reconstrução permanente do exercício da docência.

Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o campus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

5.6 – Políticas e Ações de Extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada *campus* se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

- **Acompanhamento de egressos:** conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
Não realizado. A PRX está construindo um projeto padrão para ser implantado em todos os campus.
- **Empreendedorismo e cooperativismo:** apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.
Não temos nenhum projeto ou atividade nesta área.
- **Estágio e emprego:** atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).
Através de portaria, o Diretor do campus, define um supervisor de estágio por curso. A Coordenadoria de Extensão recebe e divulga (via mural e site) as vagas de estágio. Não realiza seleção de candidatos.
- **Eventos:** podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.
Como eventos fixos no campus temos apenas a SNCT (Semana Nacional de Ciência e Tecnologia), o qual é um evento que ocorre em todos os campus do IFSP na mesma semana. A SNCT traz palestrantes e expositores pertinentes ao que os alunos aprendem nos cursos. A SNCT também é uma oportunidade dos alunos mostrarem o que aprenderam e da comunidade externa conhecer melhor o que os alunos aprendem.
- **Projetos sociais:** conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.
Através dos editais para seleção de projetos de extensão os servidores podem submeter projetos os quais devem envolver a comunidade externa. Os projetos que têm temáticas de responsabilidade socioambientais recebem pontos a mais na seleção de projetos e são definidos como prioritários.

- **Relações internacionais:** ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. Não temos nenhum projeto ou atividade nesta área.
- **Visitas Técnicas:** atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
As visitas técnicas são sugeridas por professores e demais servidores atendendo as normas para realização destas visitas. A coordenadoria de extensão fica responsável pelo projeto de visita técnica que contém todos os dados de onde, quando, para que e com quem será tal visita. Uma lista com os alunos que participaram de tal visita. O relatório da visita técnica é entregue em até 5 dias após a visita técnica e nele devem conter qualquer situação não planejada que tenha acontecido.
- **Bolsa de Extensão:** oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio campus, por meio de editais internos.
As visitas técnicas são sugeridas por professores e demais servidores atendendo as normas para realização destas visitas. A coordenadoria de extensão fica responsável pelo projeto de visita técnica que contém todos os dados de onde, quando, para que e com quem será tal visita. Uma lista com os alunos que participaram de tal visita. O relatório da visita técnica é entregue em até 5 dias após a visita técnica e nele devem conter qualquer situação não planejada que tenha acontecido.
- **PROEXT:** o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.
Não temos nenhum projeto ou atividade nesta área.

5.7 – Políticas e ações de pesquisa, inovação e pós-graduação

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam ao desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social. Neste sentido, o campus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao

longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)** do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)**, que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.
- **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP**, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.
- **Programa Jovens Talentos (PJT)** da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.
- **Programa Pró-Equipamentos do IFSP**, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos

pesquisadores dos campi, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o campus.

- **Acordos de Cooperação Técnica e Científica**, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no campus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os campus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.
- **Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC)**, que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no campus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4ª edição do CINTEC houve 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes campus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no *campus* de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 campus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINTEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.
- **O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP**, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.
- **Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação:** através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

- **Programa Hotel de Projetos do IFSP**, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais de inovação*.
- **Política de Inovação do IFSP**, estabelecida pela resolução 431/2011 apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

5.8 – Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitora de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP Nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitora de Ensino.

Bolsa de Ensino: O Programa de Bolsa Discente é regulamentado com base na Resolução do Conselho Superior do IFSP Nº 568, de 05 de abril de 2012 e na portaria Nº 1254, de 27 de março de 2013.

Este programa visa a apoiar a participação de alunos em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno em sua área de formação.

Constitui-se uma atividade optativa dentro dos cursos ofertados pelo IFSP- campus Registro, destinado ao aluno com matrícula e frequência regular, em curso com carga horária igual ou superior a 200 horas, que não possua vínculo empregatício e priorizando-se aqueles com bom rendimento escolar, que por meio de seleção, após a assinatura do termo de compromisso, irá executar atividades que complementem sua formação profissional, ética e social, sob orientação e acompanhamento do Professor responsável.

Os bolsistas exercerão suas atividades em regime de **no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) horas semanais**, de acordo com o Projeto, sem qualquer vínculo empregatício com IFSP, ou acúmulo de outra modalidade de bolsa.

Os bolsistas deverão organizar seus horários de atividades, em comum acordo com o Professor responsável, não podendo tais horários coincidirem com suas atividades acadêmicas regulares.

5.9 – PRONATEC

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de encaminhar os estudantes concluintes ao mercado de trabalho, agregando ensino de qualidade para todos.

O Campus Registro No anos de 2014 e 2015 foi o Campus do IFSP no Estado de São Paulo que mais ofertou cursos do PRONATEC na cidade de Registro e em todas as cidades do Vale do Ribeira.

5.10 – Órgãos Colegiados

Conselho de Campus: o Conselho de Campus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Campus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnico-administrativo e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do Campus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Campus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Campus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Campus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação

do Projeto de Curso, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

- **Conselho de Classe consultivo:** também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada Câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.
- **Conselho de Classe Deliberativo:** são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.11 – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei Nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do

Ensino Superior do MEC (maiores informações podem ser encontradas na página da CPA no sítio do IFSP: <http://www.ifsp.edu.br/cpa/>).

Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP nas diversas fases, tais como: elaboração e aplicação do questionário, sistematização dos resultados e redação final do relatório para divulgação à comunidade.

É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica. Além disso, os resultados subsidiam o processo de planejamento administrativo-pedagógico da Instituição, e também é utilizado pelo INEP/MEC nas avaliações de reconhecimento de cursos e reconhecimentos institucionais, dentre outros.

A CPA local se organiza em consonância com a comissão central que conjuntamente discutem e estruturam o questionário e organizam a maneira mais segura para a coleta dos dados que são de extrema importância para atender as demandas cada vez mais crescentes do conhecimento, exigidos pelo contexto atual da sociedade.

Cabe a comissão local, emvidar esforços de conscientização e esclarecimentos a toda comunidade afim de demonstrar a importância do instrumento, para tanto, segue as seguintes etapas:

- **Planejamento:** O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em consideração as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.
- **Sensibilização:** Busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.
- **Desenvolvimento:** Tem por objetivo assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, o envolvimento dos participantes e a observância dos prazos estabelecidos.
- **Consolidação:** Constitui-se na etapa de elaboração, divulgação e análise do relatório final. Envolve ainda, a discussão crítica do processo avaliativo e de seus resultados tendo em vista a melhoria da qualidade da instituição.

Os resultados são apresentados à comunidade de modo a contribuir para os processos de gestão estratégica e de construção do projeto institucional fornecendo subsídios para a tomada de decisões e correções dos desvios observados nos resultados.

Com esse intuito e de acordo com a Portaria Nº 1.382, de 31 de outubro de 2017 do MEC, o instrumento de avaliação interna está estruturado nos seguintes eixos:

1. Planejamento e Avaliação Institucional;
2. Desenvolvimento Institucional
3. Políticas Acadêmicas;
4. Políticas de Gestão; e
5. Infraestrutura.

A utilização destes eixos permite fazer um diagnóstico da instituição e se configura como um processo permanente de elaboração, conhecimento e intervenção prática, que permite corrigir as demais atividades da instituição.

Conscientes desse processo o campus planeja suas ações para o processo de reconhecimento dos cursos de Licenciatura em Física e Engenharia da Produção.

Assim sendo, a opinião da comunidade se torna de grande importância para que o desenvolvimento do IFSP seja efetivo e constante na concretização da formação integral dos seus alunos, contribuindo, para que a instituição cumpra a sua missão e na construção de uma sociedade melhor e justa.

5.12 – Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil, podendo organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Diretórios Acadêmicos (DAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

O Campus Registro incentiva a participação dos alunos por meio do Grêmio Estudantil, nos cursos técnicos e dos Diretórios Acadêmicos dos cursos superiores.

CAPÍTULO VI – DIAGNÓSTICO, METAS E AÇÕES

6.1 – Dimensão: Ensino

Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor Execução/programação
Falta de infraestrutura adequada	Ampliação dos espaços.	Equipe de Gestão
Poucos recursos para bolsistas se dedicarem com mais compromisso e tempo para ações pedagógicas.	Aumento de destinação orçamentária para bolsas.	Equipe de Gestão
Evasão e retenção	Fortalecimento da relação escola/família Acompanhamento semanal pela equipe do sociopedagógico, professores e coordenadores.	DAE, CSP, Coordenação de cursos.

6.2 – Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor Execução/programação
Baixa comunicação e publicidade das atividades de pesquisa realizadas no campus.	Ação 1 – Criação de uma página da CPI com dados das pesquisas, eventos, publicações e pesquisadores.	CTI, COMPESQ

	Ação 2 – Criação do Painel de Pesquisadores, integrado à Formação Continuada, com duração de 30 minutos cada evento para apresentação das experiências científicas dos professores do campus, apresentação de resultados de pesquisas e proposição de novos projetos.	
Baixo resultado aplicado dos projetos de pesquisa	Ação 1 – Realização de um evento para apresentação dos resultados das pesquisas para a comunidade interna e externa com maneira de incentivar o alcance dos objetivos propostos e efetiva aplicação dos resultados quando cabíveis à sociedade e ao mercado, além da publicação em revistas e eventos científicos.	COMPESQ
Falta de registro das atividades de pesquisa realizadas no campus	Ação 1 – Modelagem e criação de um SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) para registrar os projetos de pesquisa, pesquisadores, alunos, bolsas de fomento interna e externa, projetos temáticos aprovados em agências de fomento, publicações realizadas pelos pesquisadores e alunos, promoção de eventos de pesquisa e inovação. Ação 2 – Criação de relatórios e indicadores de desempenho da Pesquisa e Inovação no campus.	CTI
Baixo recurso para pesquisa	Ação 1 – Através do registro de dados das atividades de pesquisa e consolidação de relatório, buscar aumento de recursos para bolsas de pesquisa no campus. Ação 2 – Comunicar aos pesquisadores do campus e apoiá-los para submissão de projetos de pesquisa para agências de fomento.	COMPESQ, DAA, CCF, DRG

6.3 – Dimensão: Extensão

Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor Execução/programação
Extensão dissociada do processo ensino e aprendizagem	1 – Na revisão dos PPC's incluir disciplinas mistas que associem através do currículo, em todos os níveis, o processo de ensino e aprendizagem as ações de Extensão. 2 – Ampliar as ações de extensão no que tange a visitas técnicas.	Coordenadores de curso + DAE + CEX Até Dezembro de 2019.

Cursos FIC, em sua maioria, idealizados para complementação de carga horária.	1 – Sensibilizar os servidores, através de seminários e debates, nos momentos de formação, sobre a importância desta prática educativa. 2 – Dos seminários gerar cursos FIC que estejam associados as necessidades locais e regionais, e não a formação do docente/servidor	Coordenadores de curso + DAE + CSP + CEX Até Dezembro de 2019.
Atividades realizadas sem o seu devido registro no SIGProj	1 – Sensibilizar os servidores da importância de registrar TODAS as atividades ligadas a Extensão no SIGProj. Utilizar os momentos de formação para esta sensibilização.	<u>CEX</u> <u>Até Dezembro de 2019.</u>
Falta de orçamento específico na LOA para as ações de Extensão	1 – Disponibilizar no orçamento do Câmpus recursos financeiros destinados a CEX.	<u>CEX + DAA + DRG</u> <u>Até Dezembro de 2019.</u>

Dimensão: Extensão

Sugestões de temáticas a serem refletidas nesta dimensão: Projetos/Relação com a comunidade local, Desenvolvimento de programas e projetos sociais, Atividades socioeducativas, Eventos, Acompanhamento de egressos, Empreendedorismo e Cooperativismo.

- Temática I: A Economia Solidária como modelo social e econômico para o desenvolvimento sustentável do território;
- Temática II: Promover a inclusão das mulheres na ciência. Ação junto as escolas públicas municipais e estaduais. Aprovação de projetos em edital específico do CNPQ;
- Temática III: Implantação de Horta Escolar. Projeto já encaminhado para PRX.
- Temática IV: Ampliar a inclusão das comunidades Quilombolas no dia-a-dia do Campus. Projeto já encaminhado a PRX;
- Temática V: Aproximação das ações de Extensão com o CODIVAR para atender as demandas locais e regionais;
- Temática VI: Projeto do Consórcio intermunicipal de Coleta Seletiva de lixo no Vale do Ribeira. Projeto a ser desenvolvido junto as Secretarias Municipais de Meio Ambiente; e
- Temática VII: Construir um projeto para a FEIRA DE EDUCAÇÃO E OPORTUNIDADES DO VALE DO RIBEIRA. Feira que contará com a participação de todas as Instituições de Ensino estabelecidas no Vale (UNESP, SENAC, SENAI, SESI, SEBRAE, IFSP, UNISEP, ETEC), além de entidades como CIE, CODIVAR.

6.4 – Dimensão: Administrativa

Dimensão: administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor Execução/programação
Beneficiamento e melhoria dos espaços e estrutura do campus para os servidores	<p>Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os servidores e o campus como um todo;</p> <p>Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;</p> <p>Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para atuação;</p> <p>Ação 4 – Disponibilidade de equipe de manutenção ou contrato externo;</p> <p>Ação 5 - Elaboração de cronograma de atividades para execução;</p>	<p>CAP – Coordenadoria de Almojarifado, Manutenção e Patrimônio;</p> <p>DAA - Diretoria Adjunta de Administração;</p> <p>DAE – Diretoria Adjunta de Ensino;</p> <p>DRG - Direção Geral do Campus.</p>
Beneficiamento e melhoria dos espaços e estrutura do campus para os discentes	<p>Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;</p> <p>Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;</p> <p>Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;</p> <p>Ação 4 – Disponibilidade de equipe de manutenção ou contrato externo;</p> <p>Ação 5 - Elaboração de cronograma de atividades para atuação;</p>	<p>CAP – Coordenadoria de Almojarifado, Manutenção e Patrimônio;</p> <p>DAA - Diretoria Adjunta de Administração;</p> <p>DAE – Diretoria Adjunta de Ensino;</p> <p>DRG - Direção Geral do Campus.</p>
Adequação dos espaços e estrutura do campus para atender demanda de acordo com cada curso do campus	<p>Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para o curso solicitante e os demais existentes e o campus como um todo;</p> <p>Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;</p> <p>Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para atuação;</p> <p>Ação 4 – Disponibilidade de equipe de manutenção ou contrato externo;</p> <p>Ação 5 - Elaboração de cronograma de atividades para execução;</p>	<p>Coordenadorias dos cursos;</p> <p>DAE – Diretoria Adjunta de Ensino;</p> <p>DRG - Direção Geral do Campus;</p> <p>DAA - Diretoria Adjunta de Administração;</p> <p>CAP – Coordenadoria de Almojarifado, Manutenção e Patrimônio.</p>

Ampliação da estrutura do campus como um todo	<p>Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para todo o campus, com estudo básico sobre as necessidades dos cursos, servidores, discentes e novos projetos para expansão do campus;</p> <p>Ação 2 – Elencar as prioridades para atender as solicitações;</p> <p>Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para atuação;</p> <p>Ação 4 – Elaboração dos projetos;</p> <p>Ação 5 - Lançamento de licitações;</p> <p>Ação 6 – Execução dos projetos aprovados e liberados;</p>	<p>Coordenadorias dos cursos;</p> <p>DAE – Diretoria Adjunta de Ensino;</p> <p>DRG - Direção Geral do Campus;</p> <p>DAA - Diretoria Adjunta de Administração;</p> <p>CLT – Coordenadoria de Contratos e Licitações.</p>
Plano de Capacitação permanente dos servidores.	<p>Ação 1 - O levantamento de necessidades de capacitação a serem realizadas</p> <p>Ação 2 – Definição de eventos de capacitação dos quais tratarão o Plano de Capacitação</p> <p>Ação 3 – Confecção de um calendário Anual com uma delimitação de demandas de capacitação padronizada voltadas a aprimorar o desempenho profissional dos Servidores.</p>	<p>CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas;</p> <p>DAA - Diretoria Adjunta de Administração;</p> <p>DAE – Diretoria Adjunta de Ensino;</p> <p>DRG - Direção Geral do Campus.</p>

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010

ANTUNES, Celso. **Na Sala de Aula**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. de 1998.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996

BRASIL. **Ministério da Educação. Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes.** Brasília, 2010.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro, 2014

CORROCHANO, M.C. **O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole.** São Paulo: Annablume, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. **A Escola e o Conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos.** 14 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CELSONO, Antunes. **Professores e Professores: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas** 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

DAMASIO, Antonio R. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano.** 1ª edição. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1996.

DELLORS, J. **Educação: um Tesouro a Descobrir.** São Paulo: Cortez, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil.** In FERREIRA, Naura Syria Carapeto et. al. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANKL, E Victor. **Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia.** 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

_____. **Um Sentido para Vida: Psicoterapia e Humanismo.** 11ª edição. Aparecida, SP: Santuário, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. 1995. **Educação de adultos, algumas reflexões.** In: M. GADOTTI e J. ROMÃO, *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.* São Paulo, Cortez, p.163

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas.** In: NOVAES, R; Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola.** 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GARCIA HOZ, Victor. **Pedagogia Visível Educação Invisível.** 1ª edição. Virtual: Nerman 1987.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. 2ª Edição. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994.

HUERTAS, J. A. **Motivación: querer aprender**. Buenos Aires: Aique, 2001.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013**. São Paulo, 2009. IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018**. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Estatuto**. Aprovado pela Resolução n.º 1, de 31 de agosto de 2009. Alterado pela Resolução n.º 872, de 4 de junho de 2013.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

LEFF. **Pensar la complejidad ambiental**. In: LEFF, E. (Coord.). *La complejidad ambiental*. México: Siglo XXI/UNAM/ PNUMA, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação: Programa de Educação em Valores Humanos**. Edição. São Paulo, SP: Petrópolis, 1996.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). *Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC/SETEC, 2004. REIS, J. C. **“A gente é nascido e criado aqui”**. **Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista – SP**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: . Acesso em 04 de abril de 2016.

PAULA, Déborah Helenise Lemes de. **Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições**. Curitiba: Inter Saberes, 2016

PLATÃO. **A República**. 2ª edição. São Paulo, SP: Martin Claret, 2000.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. 2ª edição. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30ª edição. Petrópolis: Vozes 2002.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. D. **Formar Professores como Profissionais Reflexivos.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

VEIGA, I.P.A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** ed. 14. Papirus: 2002.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** 3ª edição. Martins Fontes. São Paulo, SP. 1991.